

CIBEC/INEP



B0033603



QUILOMBO

espaço de
resistência
de homens
e mulheres
negros

(=96)

88q

2



Banco Interamericano
de Desenvolvimento

Ministério
da Educação



REDEH

REDE DE
DESENVOLVIMENTO
HUMANO





QUILÔMBOS



espaço de
resistência
de homens
e mulheres
negros



texto para reflexão com o/a professor/a

Ministério
da Educação



Luís Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Fernando Haddad

Ministro da Educação

Jairo Jorge da Silva

Secretário Executivo

José Henrique Paim Fernandes

*Presidente do Fundo Nacional de
Desenvolvimento da Educação - FNDE*

Ricardo Manuel dos Santos Henriques

*Secretário de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC*



REDEH - Rede de Desenvolvimento Humano

Rua Álvaro Alvim, 21 / 16º andar
20031-010 - Centro - Rio de Janeiro
tel.: [21] 2262-1704-fax: [21] 2262-6454
site: www.redeh.org.br
e-mail: redeh@redeh.org.br

Coordenação Geral da REDEH

Thais Corral

Coordenação do projeto

"Por Uma Educação Não Discriminatória"

Schuma Schumacher

Equipe Responsável pela Publicação

Coordenação Pedagógica: *Paulo Corrêa Barbosa*

Texto: *Paulo Corrêa Barbosa*

Edição: *Schuma Schumacher*

Leitura Crítica:

Giovana Xavier

Laura Maria dos Santos

Ronaldo dos Santos

Rute Pinheiro

Revisão: *Albertina Ramos*

Projeto Gráfico: *Bete Esteves - Ione Alves*

Complexo D [21] 2236-4286

Ilustrações: *Rodrigo Buarque*

Imagens:

*Bruno Veiga (imagens cedidas pela
Associação Brasil Mestiço)*

Hélio Araújo

Otávio Rios

Paulo Corrêa Barbosa

Schuma Schumacher

*FCP - Fundação Cultural Palmares (História dos
Quilombos do Estado do Rio de Janeiro - A verdade
que a História não conta)*

Quilombo São José

Equipe de Apoio:

Elza Maria dos S. Loures

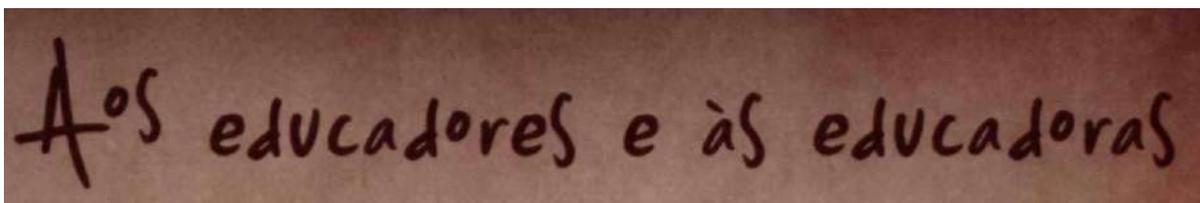
Hélio Araújo

Márcia Lemos

Maria da Guia de Oliveira Félix

Agradecimento

*André Luiz do Sacramento, Antônio Fernandes,
Carivaldina Oliveira da Costa - Dona Uia, João Luiz
Ramos, Miguel Francisco da Silva, Noel Trindade,
Prof. Magno Fonseca Borges, Profª Isabel Rocha -
IPHAN/Vassouras, Profª Mariléia Santiago, Ronaldo
dos Santos, Rosa Geralda Silveira. Quilombolas
de Bracuí, Campinho da Independência, Caveiras/
Botafogo, Machadinho, Rasa, Santana e São José.
Associação Brasil Mestiço/Marcos André.*



Enfrentar a injustiça nos sistemas educacionais do Brasil é um desafio e, mais do que isso, um dos principais objetivos do Ministério da Educação (MEC). Em nome dessa empreitada, criou-se a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), composta de quatro departamentos, sendo um deles o Departamento de Educação para Diversidade e Cidadania (DEDC). Esse departamento tem como objetivo planejar, orientar e acompanhar a formulação e a implementação de políticas educacionais, tendo em vista as diversidades de grupos étnico-raciais como as comunidades indígenas, as populações afro-descendentes dos meios urbano e rural e, neste caso, particularmente, as comunidades de áreas remanescentes de quilombos. Nesse sentido, o DEDC dedica atenção especial à escolarização dos afro-brasileiros, bem como a outros assuntos ligados ao anti-racismo no Brasil, contemplando a implementação da Lei no 10.639/03. Esses objetivos ficam a cargo da Coordenação-Geral de Diversidade e Inclusão Educacional (CGDIE).

O campo dessas ações refere-se, por seu turno, a um país de culturas e tradições múltiplas, algumas pouco conhecidas das nossas crianças, jovens e até dos professores. A educação apresenta-se como mecanismo de transformação de um povo, e a escola responde por, democraticamente e de forma comprometida com a promoção do ser humano, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias dos diversos grupos étnicos que formam a sociedade brasileira.

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Artigo 26 A, acrescido pela Lei no 10.639/03, determina, nos estabelecimentos de ensinos fundamental e médio, a obrigatoriedade do ensino de História e da Cultura Afro-brasileiras. Ao regulamentar a aplicação desta Lei, o Parecer 3/04 do Conselho Nacional de Educação, estabelece que a relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileiras e africanas não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se como cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

É, portanto, com imensa satisfação que entregamos às escolas uma parte da história dos remanescentes de quilombos no Brasil. Este livro se destina especialmente aos professores e às professoras das comunidades quilombolas do Rio de Janeiro e das demais escolas do Sistema Educacional Brasileiro. Ademais, contribuirá, seguramente, para o cumprimento do que determina a legislação - "...o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertencentes à História do Brasil" (§ 1º, artigo 26 A da LDB) - e para a efetivação de dois olhares: um olhar enriquecedor das comunidades do Rio de Janeiro sobre si mesmas, da recuperação de sua história, dos seus valores, de sua resistência, e outro de todo o Brasil sobre as comunidades quilombolas.

Ricardo Henriques

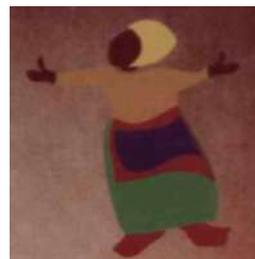
Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

Eliane Cavalleiro

Coordenadora-Geral de Diversidade e Inclusão Educacional



Uma palavra inicial ...



Professor/a, saudações quilombolas!

Esta é uma publicação que, não sendo histórica, trata de história. Mas não daquela oficial, comumente contada nos livros escolares, centrada na cultura europeia e escrita, sobretudo por "heróis" do sexo masculino, invariavelmente brancos, como você perceberá ao conhecer o material.

E é isso o que queremos aqui refletir com você: a parte negra da história brasileira.

Apesar da enorme contribuição de africanos/as e afrodescendentes, e de sermos a maior população negra fora da África, a escola e, por consequência, também os livros e o fazer pedagógico têm sido bastante reducionistas na abordagem dessa importante contribuição. Poucos/as ainda são os alunos/as e professores/as que conhecem homens e mulheres negros - e populares - que também tenham sido autores/as da história deste país.

Entretanto, em função da amplitude da questão, torna-se importante caracterizar que nossa abordagem estará relacionada aos quilombos, espaços de resistência de homens e mulheres negros/as que, em solo fluminense - e também espalhados Brasil afora-, traduziram o desejo de liberdade e resistência negra, diante da violência da escravidão.

Como educadores/as que, assim como você, também somos, temos consciência de que a questão não é simples e não se encontra restrita a indivíduos ou instituições. Trata-se de responsabilidade da sociedade brasileira. Refutamos ainda abordagens que creditam à educação o poder - ingênuo - único e mágico de atuação e resolução da questão.

Contudo, se esse (re)pensar não se encontra restrito em importância, apenas aos afrodescendentes, mas a todos/as os/as brasileiros/as, também não está restrito a você, professor/a que atua em um das escolas localizadas em área remanescente de quilombo, ou em áreas próximas. Sua participação, porém, é essencial.

Dessa forma, buscando colaborar com esse processo, em parceria com a SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC, a REDEH - Rede de Desenvolvimento Humano - vem convidá-lo/a, professor/a, a refletir sobre a cultura e a história local, objetivando não apenas o resgate e manutenção das tradições, mas, sobretudo, da auto-estima de crianças, jovens, homens e mulheres quilombolas. O material certamente não tem a pretensão de esgotar o assunto e, por isso mesmo, você encontrará nele espaços para que, a partir de sua prática e análise, possa fazer acréscimos, críticas e sobretudo, introduzir questões.

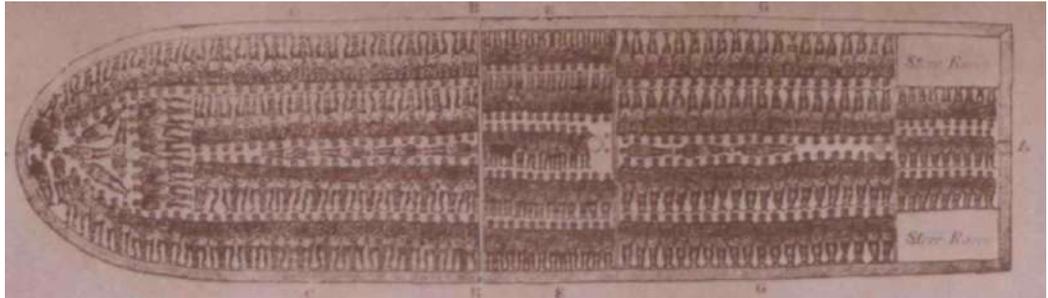
Na prática, nosso convite articula-se à Lei 10.639 que, promulgada em 09 de fevereiro de 2003, alterando a Lei de Diretrizes e Bases - LDB, torna obrigatória a inclusão no currículo oficial do estudo da história e cultura africana e afro-brasileira. Junta-se, ainda, às diferentes ações e iniciativas de inclusão que o Movimento Negro vem desenvolvendo entre os diferentes setores da sociedade.

Ao todo, sete quilombos localizados no estado do Rio de Janeiro - Campinho, Bracuí, Caveiras/Botafogo, Machadinha, Rasa, São José e Santana - são apresentados, neste manual, através "das falas de suas gentes", buscando recuperar e estabelecer a ligação entre o ontem e o hoje. E, como anteriormente dissemos, sua atuação na escola, professor/a, é peça-chave para a concretização desse resgate histórico.

Venha Conosco!

Schuma Schumaker
Paulo Corrêa Barbosa





(...)

Negras mulheres, suspendendo às tetas

Magras crianças, cujas bocas pretas

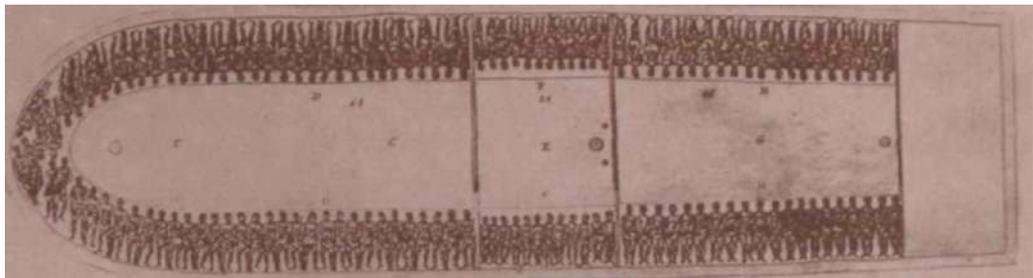
Rega o sangue das mães:

Outras moças, mas nuas e espantadas,

No turbilhão de espectros arrastadas,

Em ânsia e mágoa vãs!

(...)



(...)

Presa nos elos de uma só cadeia,

A multidão faminta cambaleia,

E chora e dança ali!

Um de raiva delira, outro enlouquece,

Outro, que martírios embrutece,

Cantando, geme e ri!

(...)

Trechos de "Navio Negreiro" - Castro Alves



(E a história era outra)

Durante muito tempo coube à escola "ensinar" que a integração racial no Brasil ocorreu de maneira pacífica e "espontânea". Um encontro de três raças: o índio guerreiro, o negro capoeirista e o europeu intelectual. Não era assim que nos apresentavam a questão? Pois bem, de acordo com essa visão, o novo país e, por consequência, também sua gente, forjaram-se a partir de uma incorporação "amistosa" e múltipla de culturas e valores.

Sobretudo através dos livros escolares, aprendemos que características físicas, hábitos, palavras, especialidades culinárias, músicas e danças de brancos, negros e índios fundiram-se, dando origem ao povo brasileiro.

Na verdade, entretanto, e você tem tido a oportunidade de ouvir, ler e refletir sobre isso, já há alguns anos, pesquisadores/as, educadores/as, historiadores e militantes dos Movimentos Negros, vêm se empenhando em resgatar "a outra história", aquela não-oficial e pouco contada que busca reconstituir, de fato, as origens da terra brasilis. E, um dos principais capítulos desse "recontar a história" é aquele que foi escrito, justamente, através da participação dos homens e das mulheres negras. Mas, de fato, professor/a, o que sabemos, nós, a respeito dessa história? E o que nossos/as alunos/as e filhos, aprendem atualmente sobre a questão? Muito precisa vir à tona...

Por tudo isso, trata-se de uma reconstrução, sem dúvida complexa, e que vem sendo realizada, em conjunto, por especialistas de diferentes áreas. Certo que, e já dissemos isso, avanços podem ser verificados! Entretanto, ainda insuficientes, diante da magnitude da questão; seja enquanto resgate da identidade dos afro-descendentes, seja no que se relaciona à história do Brasil.

Um dos caminhos para isso é, antes de tudo, romper com a visão tradicional - eurocêntrica - do conteúdo trabalhado pela escola, estruturado, sobretudo, a partir da ótica do colonizador branco e do sexo masculino.

Afinal, buscar os diferentes enfoques da história é uma das responsabilidades daqueles que, por opção, se fizeram educadores/as. E se, por acaso, os índios tivessem conseguido expulsar os portugueses? Como seria contada a história do "chamado descobrimento?" Pois é! Você já parou para pensar nisso, professor/a? Reflita e anote suas conclusões...





A parte Negra da História...

Que a chegada de homens e mulheres negras ao país se deu como resultado do processo perverso de escravidão, sabemos. Pesquisas mais recentes indicam que quinze milhões de homens e mulheres foram retirados à força da África, em direção às Américas. Conhecemos, também, o destino que tiveram: lavoura, criação de animais, trabalho urbano nas cidades ou, no caso de algumas mulheres, a casa grande, como arrumadeiras, cozinheiras, babás ou ainda, para "desfrute do sinhô".

Bem, e se diverso era o destino dado aos negros/as, diferentes também eram suas origens. Entretanto, indagados/as a respeito disso, na maioria das vezes, independentemente se alunos/as ou educadores/as, respondemos, genericamente, que os milhões de escravos/as vieram da "África...". Mas, pensemos juntos: será mesmo só isso?

Certamente que não! Inclusive, uniformizar o tratamento da questão, referir-se à África como espaço homogêneo, pode ser também uma das formas de minimizar sua importância e consequências, você concorda? Isso porque precisamos ter em mente a pluralidade que define o continente. Muito antes da travessia para as Américas, as comunidades africanas já eram marcadas por diversidades no idioma, na arte, na religião e nos modos de produção, dentre outros aspectos.

Por isso, buscando uma postura coerente com o que vimos conversando, é fundamental recorrer a maiores informações para tratar do tema. A respeito disso, vejamos o que dizem alguns historiadores/as...

Há aqueles/as que creditam o início desse processo de escravidão negra, entre nós, a Marfim Afonso de Souza que, teria sido assim, o primeiro a introduzir escravos/as no Brasil. Defendem que o fato teria ocorrido, a partir da conquista e inclusão, em sua frota, da caravela Santa Maria do Cabo, bem como também, por ter sido o primeiro donatário da Capitania de São Vicente, onde se desenvolveu a cultura da cana-de-açúcar. Ah! Isso quando corria o "santo ano" de 1532. Outros, entretanto, atribuem a Duarte Coelho, em 1535, a triste primazia da importação de escravos.

Se em relação a isso há dúvidas, uma certeza temos: o Brasil foi o último país da América a acabar com a escravidão! Por que será professor/a?

Economicamente, os/as escravos/as fariam com que Portugal pudesse responder à crescente demanda mundial por açúcar. A colônia brasileira resolveria, assim, a produção insuficiente em ilhas do Atlântico. Mas isso não é tudo! Com o passar dos anos, o tráfico foi se consolidando e caracterizou-se como verdadeiro ramo empresarial. Nesses termos, a rentabilidade apresentada por esse comércio deve ser incorporada como uma das principais motivações para o desenvolvimento da escravidão africana. Como resultado desse processo, ao todo, até a abolição da escravatura, em 1888, mais de cinco milhões de homens e mulheres foram traficados para o Brasil.

Nesse processo, Angola converteu-se no principal centro de fornecimento de mão-de-obra escrava, ao lado do Congo, segundo Fonseca Júnior (2004 p.17). Entretanto, a contribuição africana ao desenho da sociedade brasileira foi diversificada, como podemos verificar abaixo.

PAÍSES AFRICANOS QUE CONTRIBUÍRAM COM SUAS ETNIAS PARA O BRASIL

GRUPOS ÉTNICOS				
SENEGAL	GUINÉ BISSAU			
Wolof Kupo Diolo	Fula (*) Mandnga (*)	Mende (*) Temme	Fanto Ashanti (*) Akan N'Dommo	Bakuka (*) Baluba Bayaka Kuyu Zingalaas
CONGO	DAHOMÉ	TOGO	QUÊNIA	ÁFRICA DO SUL
Luba Cambindas (*) Muxicongos Bapende Kuba	Fon Mahii (*) Ecb Sombas (*) Dan	Bariba Mina (*) Somba Gá Ewê	Massai Luo	Bantu Zulu Massai
TANZÂNIA	GABÃO	MOÇAMBIQUE	BOTSWANA	NÍGER
Balega Wamba Venda	Babwelé Bacota Mossi (*)	Macuas Maconde	Ochi	Fulani (*) Kanuri
COSTA DO MARFIM	ANGOLA		NIGÉRIA	
Senufo (*) Baule (*) Bambara Kra Lobi Dagon (*) Atiê Gorro Yaouré (*)	Humbi Ovambo Ngola (*) Ghangala Lunda Kioco Nhanheca Mbunda (*) Benguela (*) Ndongo Ovimbunda	Mpundo kacongo Rebolo (*) Kassanje (*) Quimbundo (*) Bacongo (*) Luena Bena Kanioka Bantu Bushongo Ambo	Yorubá Bini Ibo Ijó Samburu Ibidio Ekoi Nupe Tapa Ijeshá (*) Fon Ogboni Tiv Fulani Hausá	Rendille Igala Afkpo Efik Turkana Kanuri Jukun Ibadan Ilorin Luo Idoma Kikiu Pokot Dinka
<p>Os grupos étnicos marcados com (*) foram os que mais contribuíram com escravos para formação étnica e cultural do Brasil e que mais sofreram nas mãos do invasor branco e traficantes de escravos</p> <p>Fonte: Eduardo Fonseca Junior-Sambaquis e Quilombos no Litoral Fluminense 2004</p>				

Bem, prosseguindo nessa história, verificamos que, mais adiante, com o deslocamento do eixo econômico para Minas Gerais, consequência do ouro e das pedras preciosas, que enfeitavam, sobretudo, os pescoços das sinhás, e pelos quais muitos negros e negras perderam os seus, acirrou-se o tráfico interno de escravos e, em 1771, período em que a Coroa passou a administrar diretamente as minas, havia cerca de três mil e seiscentos escravos envolvidos com a exploração de riquezas.



Aqueles que pretendem que é permitido arrancar aos senhores sua propriedade negra, pura e simplesmente porque essa propriedade é e sempre foi ilegítima, desconhecem que ela é e sempre foi legal; esquecem-se que o pacto social que a protege nada pode desfazer violentamente daquilo que instituiu legislativamente.

Deputado Barros Cobra, sessão de 25 agosto de 1884, citado em Entre a mão e os anéis.

José Maria Nunes Mendonça. P. 166.

Editora Unicamp. 1999

Dessa forma, até que a Lei, chamada Áurea, viesse a ser "assinada", em 1888, pela princesa Isabel, milhares de homens e mulheres negros, africanos ou afro-descendentes, compunham a população escrava do Brasil. Não é possível identificar o número exato dessa população na ocasião, pois o último grande Censo populacional ocorreu bem antes, em 1872.

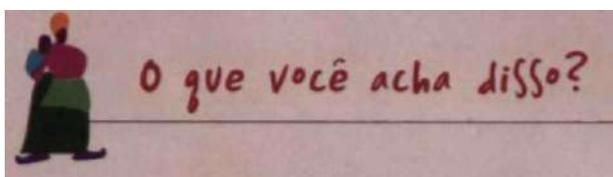
Aliás, professor/a, é bom lembrar que, no período anterior à Lei Áurea, ao lado do movimento abolicionista que tomava força, algumas leis surgiram, visando diminuir o contingente de negros/as escravizados. Leis, entretanto, que acabaram por beneficiar os escravocratas e tiveram muito pouco efeito prático no cotidiano de homens e mulheres escravos/as. O que você lembra sobre isso? Vejamos...

Em 1850, através da Lei Eusébio de Queirós, proibiu-se o tráfico de escravos. Entretanto, em função dos muitos interesses - e artimanhas - dos escravocratas, o tráfico internacional continuava "comendo solto". Só para que você tenha uma ideia da ineficácia, cinco anos depois ainda desembarcaram, em Pernambuco, os últimos 200 escravos que aqui chegaram. Não é à toa que essa lei ficou conhecida como "lei para inglês ver".

A Lei do Ventre Livre, de 1871, também conhecida como Lei Rio Branco, tornava livres os filhos de escravas nascidos a partir de sua promulgação. A ideia, "na teoria" era de que, associada à Lei de 1850, forçaria uma gradual extinção da escravidão.

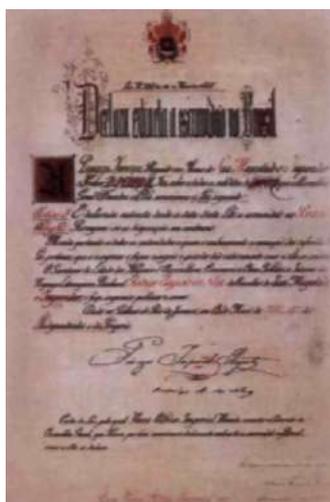
Finalmente, chegamos à Lei do Sexagenário, através da qual, em 1885, libertavam-se os/as cativos/as a partir dos 65 anos. Na prática, entretanto, essa Lei, tanto quanto a de 1871, pouco efeito surtiu. Afinal, as crianças ficavam até os 8 anos em poder dos senhores que, então, pediam uma indenização ao estado ou os/as mantinham como propriedade até 21 anos. E, no que diz respeito "aos idosos", não é difícil imaginar que raros eram aqueles/as que, por conta de todos os maus-tratos, "passavam dos quarenta".

Por essas e por outras, não lhe parece "curioso", professor/a que, apesar de tão expressivo, cultural e numericamente, esse "lado negro" da história brasileira seja tratado de maneira tão descomprometida pela sociedade brasileira e, de forma tão pouco aprofundada pela escola? Pois é!



Justamente esse descomprometimento que você bem sabe, nunca se dá ao acaso na trajetória humana, acabou por "esconder" aspectos importantes da luta, pela liberdade, travada pela população negra ao longo dos séculos.

Bem, e se a história como um todo foi assim escrita, dá para imaginar o que aconteceu com aquela outra parte, protagonizada pelas representantes do sexo feminino. Sobre isso, podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que o "esquecimento" histórico, foi ainda maior. Você concorda, professor/a?



Presença de Zumbi ...

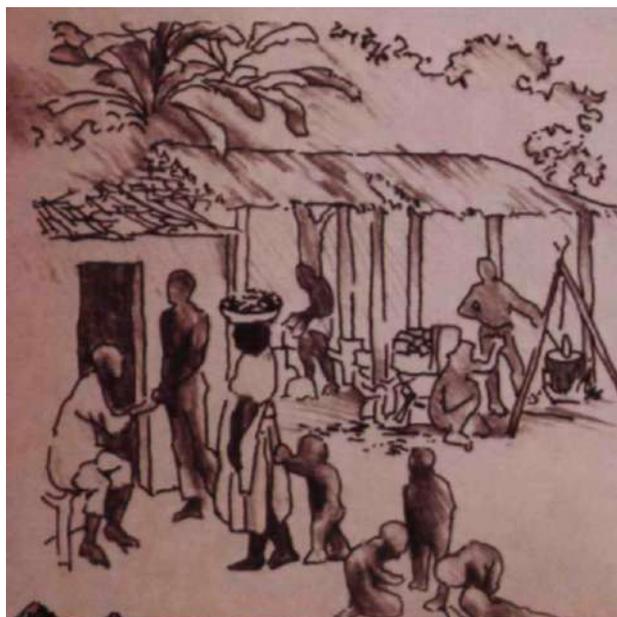
mas também das Marias, Tia Felicidade, Mariana Crioula, Zeferina e muitas outras...

Falando sobre isso, não podemos esquecer que, igualmente minimizada pela história oficial, foi também a resistência que esses homens e mulheres, africanos ou descendentes, travaram ao longo de todo o processo de formação do país. Saiba, professor, que vários historiadores/as relatam os suicídios, abortos e as tentativas desesperadas de fuga, em busca da liberdade.

Aliás - sejamos justos/as! - lutas que não apenas travaram, mas ainda o fazem no cotidiano por todo o Brasil, com intuito de assegurar a desmarginalização cultural, social, econômica, educacional e, sobretudo, o direito à terra....

Veja, professor/a, que, no tocante à resistência negra, o aspecto mais divulgado é o que se refere aos Quilombos. Espalhados por todos os cantos do Brasil constituíram não a única, porém a mais representativa forma de luta contra a escravidão. Dentre as centenas de Quilombos edificadas no país, o mais famoso foi o de Palmares, localizado na Serra da Barriga, em Alagoas.

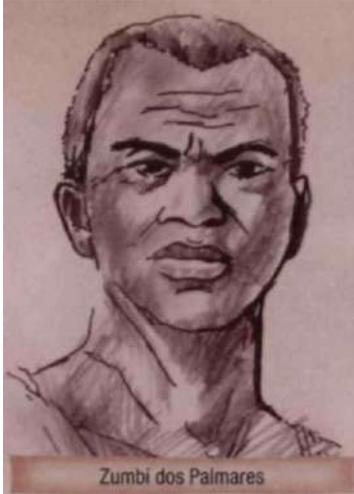
Considerado por muitos especialistas um "estado africano no Brasil", Palmares nasceu no início do século XVII e se manteve até 1695. Possuía uma complexa organização territorial, militar e administrativa. Macacos era sua capital. Além disso, dividia-se em inúmeros mocambos - cada qual com sua própria estrutura organizativa - dentre eles aquele chamado de Acotirene, provavelmente o nome da mãe de Zumbi. Povoado por negros, os Quilombos eram também habitados por indígenas e brancos pobres, o que nos permite acreditar que suas redes de relações eram bem mais dinâmicas do que parece. Entretanto, sua saga é contada na história oficial, através de sua destruição pelas forças policiais, sobretudo pela decapitação de Zumbi, o líder. Cabe ressaltar que a presença e contribuição feminina, embora só bem recentemente estejam sendo resgatadas, sempre fizeram parte do cotidiano palmarino.



Aliás, é bom lembrar que, após 1850, com a "extinção" - pelo menos no papel - do tráfico negreiro, passam a ser os/as crioulos/as - como eram chamados os africanos nascidos no Brasil - os/as principais articuladores e lideranças dos Quilombos que se constituíram por todos os cantos do país.

Pois é! Nessa questão, muitas foram as mulheres participantes. Mas quase ninguém, ainda hoje, sabe disso. E, olha, não é por acaso! Isso se deve a um duplo processo de exclusão, contra alguém que, além de ser da raça negra, era, ainda, do sexo feminino.

Mas você deve estar se perguntando que mulheres teriam sido essas. Portanto, vejamos algumas...



Entre aqueles/as que participaram da revolta ocorrida, por exemplo, em Paty dos Alferes, no Rio de Janeiro, em 1838, destaca-se Mariana Crioula que, por sua atuação e liderança no processo de fuga, tornou-se conhecida como "rainha" do Quilombo, parceira do "rei" Manuel Congo. Nessa história, encontramos relato de um grupo de quilombolas que, ao ser surpreendido pelas tropas da Guarda Nacional, teve nessa líder negra sua maior resistência. É

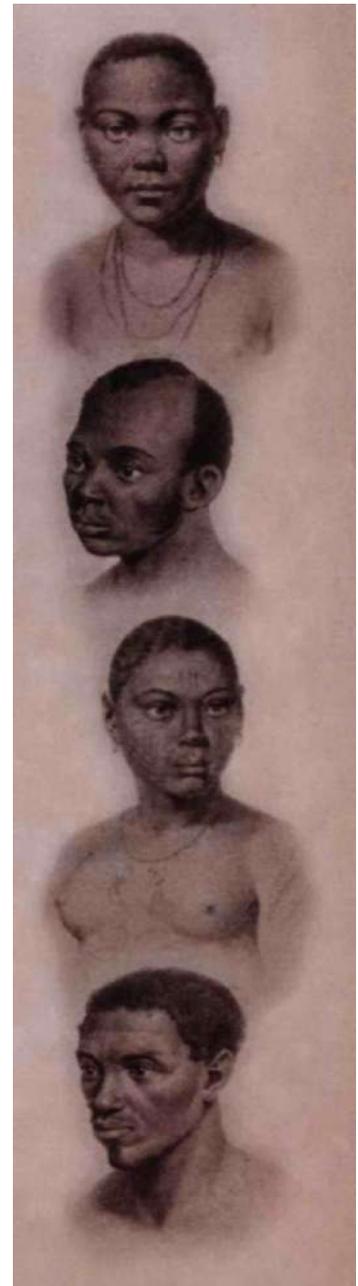
interessante observar que, nos autos do processo, há referência ao fato de que ela "não se entregou senão a cacete e gritava: morrer sim, entregar não!". Caramba! E tem mais... Lá para as "bandas do Ceará", uma escrava conhecida como tia Ana, articulou a revolta que ocorreu em Viçosa, em 1835. E ainda tem gente que insiste na velha questão do sexo frágil, não é mesmo?

E por falar nesse processo de "coroamento", é bom que você saiba que, em alguns casos, reconstruía uma espécie de autoridade exercida anteriormente por algumas dessas mulheres, quando em continente africano. Prática que traduziu, em terra brasilis, uma possível reconstituição de experiências vividas na África ou - de maneira mais direta - retomava uma autoridade interrompida pela escravidão. O fato é que, em ambos os casos, configurava-se como resistência ao explorador. E cá entre nós, você consegue imaginar, professor/a, como se sentiam os senhores e as autoridades, diante da existência de uma escrava considerada rainha, ou de um escravo conclamado rei? Pois é...

De fato, precisamos considerar que esse processo de exclusão, executado para com os Quilombos e seus/as líderes, foi propositadamente articulado pelos "poderosos", ao longo do tempo. Na verdade, um processo que visava minimizar a importância e o papel desses locais de resistência que, espalhados por todo o país, "atazanaram", impuseram derrotas e desafiaram autoridades.

Idealizados, implantados e controlados pelos/as negros/as, na marra! E olha que não somente se concretizaram como espaço físico de sobrevivência mas, de resistência, também econômica e cultural ao colonizador.

Por tudo isso tem sido a história, tão lacônica, e por tabela, também a escola, ao tratar desse que se constitui tão importante capítulo do "lado negro da história brasileira". Você concorda?



Uma história da terrinha....

"Os escravos fugiam e se refugiavam na mata. Aqui era mata, então eles se escondiam (...) de noite faziam fogo e comiam, escondidos (...) pra não serem achados pelos seus senhores (...)" Dona Uia ~ Quilombo da Raza - Cabo Frio- Rio de Janeiro

A "prosa" está tão boa que já íamos esquecendo de lhe fazer umas perguntinhas: o que é mesmo que você sabe a respeito de toda essa história? E seus colegas aí na escola, o que conhecem? Pensem com calma...

Bem, o fato é que se você não conhece "muita coisa", saiba que não está sozinho/a. Pode acreditar nisso! Inclusive, veja o que destaca a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-SECAD, do MEC...

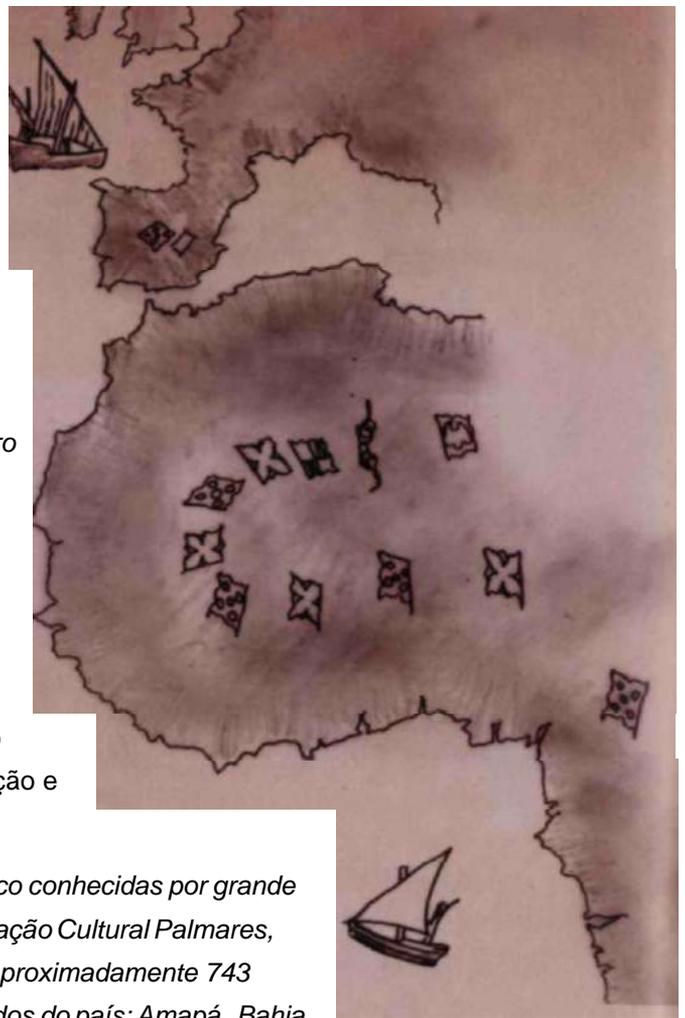
"As comunidades remanescentes de Quilombo ainda são pouco conhecidas por grande parte dos brasileiros. Entretanto, levantamento feito pela Fundação Cultural Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura, aponta a existência de aproximadamente 743 comunidades quilombolas vivendo em ao menos dezoito estados do país: Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins."

Portanto, para continuar falando sobre os Quilombos, uma coisa é certa; buscar mais informações, sobretudo em livros e documentos, é fundamental, concorda? Aliás, e você bem sabe, professor/a, essa busca não se relaciona apenas ao tema que aqui trabalhamos, mas deve ser uma constante na prática de todo/a educador/a.

Para entender os significados dos Quilombos, é preciso observar a história dos africanos antes de enfrentarem o oceano rumo ao Brasil. Assim, descobrimos que na África, *Kilombo* era o nome dado a uma sociedade guerreira, com organização militar bastante rígida e eficaz.

E falando de definições, vale lembrar que antropólogos e historiadores chamam atenção para o fato de que à medida que acompanharam a trajetória da história brasileira foram sofrendo, ao longo do tempo, modificações em sua estrutura e formação.

Em O'Dwyer (2002), por exemplo, percebemos que "a representação jurídica que considera Quilombo lugar de escravos fugidos", relaciona-se ao momento vivido no período colonial, relacionado-se ao decreto de El-Rei...



Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que sendo-me presentes os insultos, que no Brasil comentem os escravos fugidos, a que vulgarmente chamam calhambolas, passando a fazer o excesso de se juntarem em Quilombos, e sendo preciso acudir com remédios que evitem esta desordem: hei por bem que a todos os negros que forem achados em Quilombos, estando neles voluntariamente, se lhes ponha com fogo uma marca em uma espádua com a letra F (...) e se quando for executar essa pena, for achado já com a mesma marca, se lhe cortará uma orelha;tudo por simples mandado do juiz de fora, ou ordinário da terra ou do ouvidor da comarca, sem processo algum e só pela notoriedade do fato, logo que do Quilombo for trazido, antes de entrar para a cadeia".

Alvará de 03 de março de 1741, reproduzido por Joaquim Felício dos Santos em Memórias do distrito diamantino. In Quilombos identidade étnica e territorialidade. Pág47.



Entra século, Sai século...

Atualmente, segundo a Fundação Palmares, em sua grande maioria, as comunidades remanescentes de Quilombos caracterizam-se pela predominância de negros, por serem comunidades rurais, com atividades socioeconômicas que integram a agricultura de subsistência, o extrativismo (minerais e/ou vegetais), a pesca, a caça, a pecuária tradicional, o artesanato e a agroindústria tradicional e/ou caseira, destinada principalmente à produção de farinha de mandioca, azeites vegetais e produtos de uso local.

Mas, não podemos esquecer que, apesar do grande número de Quilombos constituídos de maneira idêntica ao de Palmares, a partir da fuga, essa não foi uma realidade única.

Isso porque há também aqueles que se configuraram como resultado da permanência de negros/as escravos e/ou seus descendentes, em antigas propriedades senhoriais abandonadas ou doadas, legalmente - ou até mesmo "de boca" - pelos proprietários e assumidas pelos ex-escravos/as após a lei Áurea.

O importante nisso tudo, professor/a, é perceber que, independente de suas origens são, igualmente, espaços de luta da população negra. Lamentavelmente, entretanto, podemos perceber também que compõem quase todos - com poucas exceções - apesar dos anos e anos ocupados pelas mesmas famílias e seus descendentes - objeto de disputa pela posse da terra.

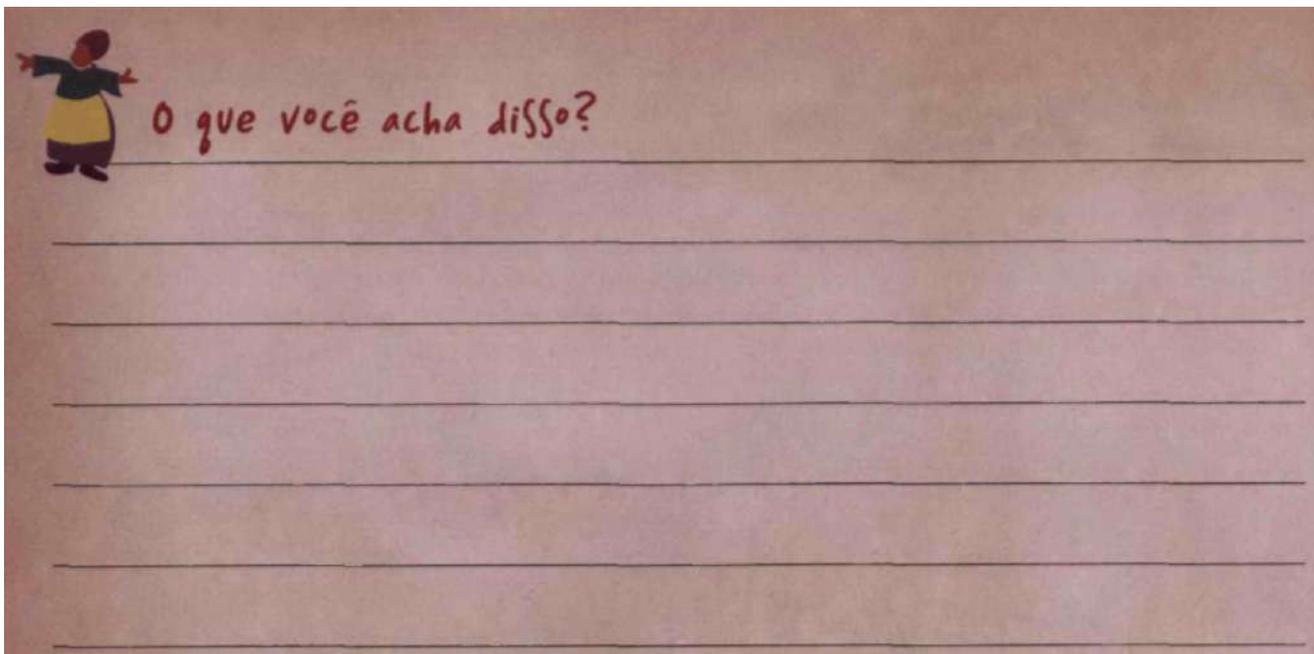
Isso mesmo! A realidade é que hoje, mais de cem anos após a "abolição da escravatura", a quarta geração das famílias acalenta o mesmo sonho que, um dia, foi de seus bisavós: dignidade e reconhecimento.

Trocando em miúdos, isso quer dizer que os quilombolas do século XXI convivem com a mesma sensação de seus antepassados. Ou seja, também pisam em um chão que - embora por justiça lhes pertença - ainda não é, de fato, seu! O que acha disso?

A imobiliária Bracuy invadiu "(...) Trouxe polícia, oficial de justiça pra mim assinar um livro de contra-fé. Eles disseram: "Dona Joana eu vim aqui pra senhora assinar esse livro - um livro desse tamanho ó! - estou aqui com 3 policiais e eu sou oficial de justiça. Ou a a senhora assina ou sua casa vai ser queimada" Então eu respondi: "Olha, eu digo pro senhor que assinar eu não assino e minha casa, queimar o senhor não queima(...)" "Ele falou assim: A senhora é muito valente, mas eu vou levar seu nome pro juiz!"(...) Eu falei que ele podia levar mesmo.Com uns cinco dias chegou aqui um rapazinho com um livro na mão, dizendo:

"Aqui, Dona Joana, isso é uma intimação que o juiz mandou para a senhora".

*Dona Joana Azevedo dos Santos
Quilombo de Santa Rita do Bracuí*



Na prática, do período que se seguiu da abolição até o presente, muitas têm sido as lutas desses remanescentes.

Inclusive, no interior de alguns estados brasileiros, embora algumas famílias continuem ocupando a terra há centenas de anos, muitas, expulsas, deslocaram-se para outras áreas.



"Porque ali em cima(...)onde vocês passaram, já tá uma espécie de favela e aqui tá se tornando outra(...)"

*Dona Rosa Geralda Silveira.
Quilombo da Caveiras/
Botafogo*

"A comunidade negra, toda é descendente. Agora não. Agora tem muitos que são invasores(...) Muitos até se misturaram com descendentes do Quilombo(...) São muitas terras(...) Nós não conseguimos a titulação. Foi reconhecida, foi demarcada, mas falta a titulação e eu estou correndo atrás(...) meu sogro naquelas terras foi expulso(...) Ai meu filho falou: Mamãe invadiram as terras do meu avô, todas. Não deixaram um pedaço(...)"

*Carívaldina Oliveira da Costa - Dona Uia
Quilombo da Rasa - Cabo Frio*



"Teve aquela revolução de 60(...) eles não conseguiram botar a turma daqui pra fora, daqui de Botafogo, mas porque nós conseguimos com força e coragem, conseguimos vencer eles.

*Noel Trindade
Comunidade Caveiras/Botafogo*

Uma importante questão

Certamente, ao convidá-lo/a a esta reflexão, no que refere às diferentes possibilidades de explorar a temática Quilombo em sala de aula, não desconhecemos que várias tentativas já ocorrem nesse sentido.

Apesar de todas as dificuldades, Brasil afora, esforços de educadores/as, do Movimento Negro, da Sociedade Civil e de alguns governantes são, entretanto, ainda insuficientes. Assim, que fique bem claro mais uma vez que "nossa intenção não é reinventar a pólvora", até porque não acreditamos em "receitas pedagógicas milagrosas" - mas, sim, somar esforços.

Entretanto, não podemos esquecer também que, em algumas ocasiões, essa parte da história é abordada de maneira superficial, muitas vezes restrita à comemoração do dia de Zumbi ou, ainda, aos eventos promovidos em determinada semana que, ao encerrar-se na sexta-feira, no final do horário escolar, "desaparecem" do currículo.

Aliado legal...

E, além de destacarmos os esforços promovidos por diferentes setores, não podemos deixar de citar que a sociedade brasileira, a partir da Constituição Federal, de 1988, passou a reconhecer a legitimidade de posse e propriedade de terras consideradas Quilombos.

De 2001 a 2003, coube à Fundação Cultural Palmares - FCP -, por delegação do presidente da República, pelo Decreto 3.192, a tarefa de fazer com que isso acontecesse de fato.

A partir de 2003, outros decretos foram criados. Atualmente cabe ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - a demarcação das terras quilombolas. Veja:

- **Decreto s/n. de 13/05/2003**

Institui Grupo interministerial (GTI) para rever as disposições contidas no decreto federal 3.912/2001, que regulamenta a matéria e propor modificações;

- **Decreto 4.883 de 20/11/2003**

Fica transferida do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário a competência para delimitação das terras remanescentes das comunidades dos Quilombos; a determinação de suas demarcações, estabelecida no inciso VI, alínea "C", do artigo 27 da lei 10.683, de 28 de maio de 2003; e expedição dos títulos das terras;

- **Decreto 4.887 de 20/11/2003**

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de Quilombos de que trata o art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

Aos remanescentes de comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

- **Portaria nº 6 da Fundação Cultural Palmares de 01/03/2004**

Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas "terras de Preto", "Comunidades Negras", "Mocambos", "Quilombos", dentre outras denominações congêneres, para efeito do que dispõe o Decreto nº 4.887/03;

- **Instrução Normativa nº 16 do INCRA de 24/05/2004**

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos Quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

É preciso lembrar ainda que os estados possuem legislação específica em relação às áreas de Quilombos.

Apesar de tudo isso, como você bem sabe, muito ainda há para ser feito. Os problemas e as resistências persistem.

Ao lado da preservação de sua cultura e do resgate de sua história, a luta pela terra é, ainda hoje, um dos maiores desafios das comunidades remanescentes de Quilombos.

Governo lança Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial

As áreas pertencentes a remanescentes de quilombos passam, agora, a serem tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O anúncio foi feito no dia 20 de novembro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que assinou o decreto que transfere ao órgão responsável pela reforma agrária a competência para identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades dos quilombos. A assinatura do decreto aconteceu em Serra da Barriga, município de União dos Palmares, Alagoas, durante as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra.

O decreto é resultado do Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e a Casa Civil da Presidência da República. O GT foi constituído em maio deste ano para formular propostas de políticas públicas que garantissem a regulamentação do artigo 68 da Constituição Federal. Como resultado, atribuiu-se ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Incra, a responsabilidade pela implementação das ações de regularização fundiária das comunidades quilombolas.

O decreto prevê ainda possibilidades de desapropriações de áreas particulares para fins de reconhecimento desses territórios e a criação de instrumentos e políticas de etnodesenvolvimento para garantir a preservação das características culturais dos remanescentes de quilombos. Oficialmente existem 743 quilombolas identificados no Brasil. Essas comunidades ocupam cerca de 30 milhões de hectares, com uma população estimada em 2 milhões de pessoas. Em 15 anos apenas 71 áreas foram tituladas.

Responsável pela execução da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a Seppir vai acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e outros órgãos do governo brasileiro para promoção da igualdade racial. Os princípios que norteiam a condução das políticas da secretaria visam colocar a questão da igualdade racial como uma premissa a ser considerada na elaboração de todas as políticas de governo, nas esferas municipal, estadual e federal.

A política nacional apresenta seis linhas de ação: implementação de um modelo de gestão da política de promoção da igualdade racial; apoio às comunidades remanescentes de quilombos; ações afirmativas; desenvolvimento e inclusão social; relações internacionais; e produção de conhecimento.

Foi assinado ainda um convênio entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e Fundação Cultural Palmares - órgão ligado ao Ministério da Cultura (MinC) -, que irá promover obras de saneamento básico em comunidades remanescentes de quilombos. A ação faz parte da política de desenvolvimento dessas comunidades.

Escola escrita em preto e branco...

Ao longo de nossa história, a escola, desde suas origens, desconsiderando a característica multicultural de nosso povo, estruturou-se tendo como referência uma visão eurocêntrica.

Uma das consequências, é que, não apenas os descendentes de negros, mas, também os indígenas, "aprenderam" a "ler o mundo" com os olhos do colonizador branco europeu. Uma visão homogeneizada ainda, no que se refere às características regionais.

Entretanto, a partir da **lei 10.639**, promulgada em 09 de fevereiro de 2003, a escola passa a ser - cada vez mais - uma importante aliada da luta dos/as quilombolas. Você já parou para refletir sobre isso, professor/a?

Ela altera a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - de 1996, tornando obrigatória a inclusão no currículo oficial dos estabelecimentos de ensino básico das redes pública e privada, o estudo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

Dessa forma, o conteúdo programático das diversas disciplinas deve abordar o estudo de História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição dos africanos e afro-descendentes nas áreas social, econômica e política referentes à História do Brasil. No que se relaciona aos conteúdos da História e Cultura Afro-brasileira, devem ser tratados em todo o currículo escolar, principalmente nas áreas de Literatura, Educação Artística e História Brasileira.

Sobre isso, professor/a, é preciso destacar que o Ministério da Educação, preocupado em assegurar, de fato, o acesso dos/as quilombolas a uma educação de qualidade, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, vem investindo na formação de educadores/as para atuação em áreas de Quilombos, promovendo a melhoria e ampliação da rede escolar e investindo na produção de material didático para essas populações.

SECAD - A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade foi criada em julho de 2004, reunindo pela primeira vez na história do MEC temas como alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação ambiental, educação escolar indígena, e diversidade étnico-racial, temas antes distribuídos em diferentes Secretarias.

Seu objetivo é contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos, em especial de jovens e adultos, em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação continuada. Além disso, a secretaria responde pela orientação de projetos político-pedagógicos voltados para os segmentos da população vítima de discriminação e de violência.

<http://portal.mec.gov.br/secad> - Acesso em 18/07/05

É preciso, porém, considerar que, apesar dos avanços, muito trabalho temos nós, educadores/as, pela frente, no sentido de assegurar que essas conquistas se efetivem na prática cotidiana escolar.

Daí nosso convite. Queremos juntos/as com você estabelecer com os/as alunos/as um vínculo entre passado e presente de nossa história, tornando-a parte da escola, dos discursos dos/as professores, dos conteúdos dos livros enfim, vivo, através dos debates e trabalhos desenvolvidos em sala de aula.

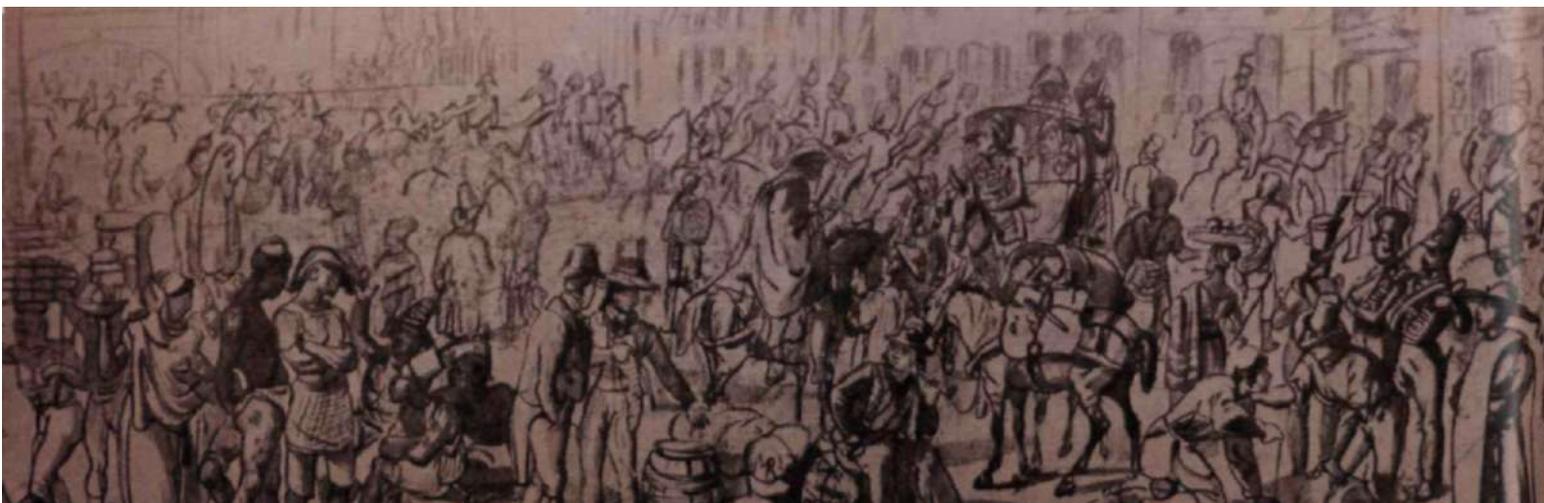
Pretendemos assim, colaborar para o resgate da cidadania daqueles que, quilombolas, foram por muito tempo, esquecidos e colocados "de lado" no universo escolar.

O compromisso da sociedade brasileira, no que se refere à escolarização de crianças e jovens das classes populares, encontra-se assegurado na Carta Magna e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Mas será mesmo que isso encerra a questão?

De fato, assegurar a universalização do acesso à escola, sem dúvida foi o primeiro grande passo, mas não é tudo! O segundo, entretanto, é garantir a permanência das crianças, jovens e adultos, nessa escola.

Aliás, aproveitamos a oportunidade para lhe perguntar:

O que você e seus/as colegas têm discutido sobre isso?
De que maneira, aí em seu município, essa questão vem sendo tratada?



(Em solo Fluminense...

O aumento da chegada de escravos para Cabo Frio, Paraty e Mangaratiba, respondeu à necessidade de homens e mulheres, tanto para plantação e colheita da cana-de-açúcar e café, como extração de ouro e pedras preciosas em regiões das Minas Gerais. E olha que estava em vigor a proibição aplicada pelos ingleses, a Portugal, no que se refere ao tráfico negreiro! Mesmo assim, por volta de 1873, cerca de 47 mil escravos/as estavam na capital, e aproximadamente 300 mil espalhados pela região interiorana. Consequência da luta pela liberdade vários foram os Quilombos em solo fluminense. Embora sem as dimensões de Palmares, "atazanavam" e desafiavam o poder então instituído.

Uma lei não tão áurea assim

Após a abolição, o processo de êxodo rural, desencadeado pela extinção da escravatura e de ausência de políticas públicas de inclusão dessa população, promoveu sua vinda para o centro da cidade - acentuado o movimento iniciado a partir da Guerra do Paraguai -, em busca de condições de sobrevivência, com a consequente ocupação dos morros.

Mais adiante, nas décadas de 1920 e 1930, foi a vez da industrialização. A ocupação de áreas da cidade, pelas fábricas, acabou por expulsá-los para espaços mais distantes - os subúrbios.

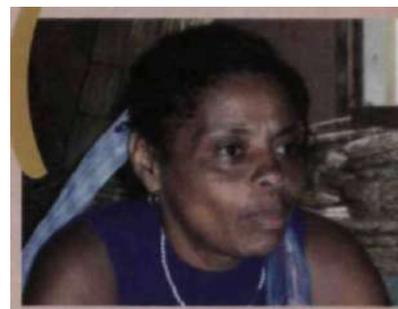
Daí até a década de 1960, os Quilombos eram praticamente desconhecidos. Quase nada se falava sobre eles. Permaneciam inexistentes políticas destinadas à população que neles residia.

Podemos dizer que foi a partir da década de 70, sobretudo pelo surgimento de organizações do Movimento Negro, quando se iniciou um processo de alerta ao governo brasileiro sobre a questão das comunidades negras rurais.

Nos anos 80, com a promulgação da Constituição, o Movimento Negro acentua discussões com a sociedade e o poder público, visando encaminhar aos constituintes uma pauta de reivindicações buscando, dentre outras questões, tornar o crime de racismo inafiançável e reconhecer e titular as terras de remanescentes de Quilombos.

É interessante aqui, professor/a, lembrar que, pressionadas por questões políticas e financeiras, muitas famílias viram-se obrigadas a abandonar suas terras e um processo de ocupação desordenada - promovido pela especulação imobiliária ou ainda por invasores de terra -, havia descaracterizado muitos dos Quilombos, sobretudo aqueles encravados ou próximos a áreas urbanas.

Nos anos 90, várias foram as batalhas jurídicas e políticas travadas para a titulação de terras. No estado do Rio de Janeiro, o Quilombo do Campinho da Independência, em Paraty, foi o primeiro a recebê-la.



" Eu sou da leva dos que saíram. Enquanto muitos ficaram resistindo na terra, alguns não tiveram condições e foram para o Rio. Muita gente que está aqui hoje já passou pelo Rio, já trabalhou, já morou, então fui dessa leva. Eu saí daqui com cinco anos de idade, né? e lá, trabalhei e morei no que a gente chama de quilombo urbano, morei na favela (...) Tive a oportunidade de retornar e ser acolhida novamente na terra. Então estou nessa para fortalecer a luta aqui da comunidade".

Laura Maria dos Santos
Quilombo Campinho da Independência.

História antiga, situação atual

QUILOMBOS RECONHECIDOS PELA FCP

Quilombo de Bracuí
(Angra dos Reis)

Quilombo Campinho da
Independência (Parati)

Quilombo de Cabral (Parati)

Quilombo de Patrimônio (Parati)

Quilombo da Marambaia
(Mangaratiba)

Quilombo de Santana
(Quatis)

Quilombo São José da Serra
(Valença)

Quilombo da Caixa Dagua
(Barra do Pirai)

Quilombo de Coco (Campos)

Quilombo de Karu Congo (Campos)

Quilombo de Conceição do Imbé
(Campos)

Quilombo de Caveira/Botafogo
(São Pedro da Aldeia)

Quilombo do Preto Forro (Cabo Frio)

Quilombo de Rasa
(Armação de Búzios)

Quilombo Maria Conga
(Magé/Guapimirim)

Quilombo Sacopã
(Rio de Janeiro)

Quilombo Fazenda Cachoeira (Pirai)

Quilombo Manoel Congo
(Vassouras)

QUILOMBOS RECENTEMENTE DESCOBERTOS E EM PROCESSO DE REQUERIMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Prodígio (Araruama)

Alto da Serra (Rio Claro)

Pedra da Onça (Mangaratiba)

• Machadinha (Quissamã)

Cambucá (Campos)

Batatal (Campos)

Aleluia (Campos)

ÁREAS COM CARACTERÍSTICAS DE QUILOMBO CONSIDERADAS ASSENTAMENTOS

Botafogo - Cabo Frio

Soubara - Araruama

Comunidade de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro

● Comunidades Reconhecidas

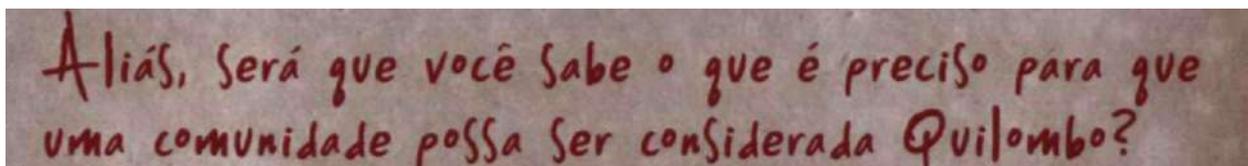
● Comunidades Tituladas



Atualmente, no Rio de Janeiro, algumas das titulações previstas na pauta do Incra ainda não se concretizaram.

Várias são as barreiras: falta de reconhecimento e interesse da maioria da sociedade brasileira, questões legais, ação de invasores e falsos proprietários de terra, burocracia do estado, especulação imobiliária, a descaracterização de algumas áreas, desinteresse político de alguns setores públicos, dentre outras.

Dessa forma, em todo o estado, das 25 áreas identificadas como remanescentes de Quilombos, cerca de 7 encontram-se em processo de reconhecimento e 2 são consideradas assentamentos (terras doadas às famílias pelo Incra).



Bem, segundo a Fundação Cultural Palmares - FCP, trata-se de um direito de toda comunidade negra rural que reúna descendentes de escravos, abrangendo toda a área ocupada e utilizada para a subsistência das famílias. E, ainda, onde manifestações culturais tenham forte vínculo com o passado.

Assim, caso não possua o título do imóvel - e essa é a situação de quase todas as comunidades no país! - é necessário que encaminhe documentos e um requerimento - através da Associação de Moradores, ou, caso não exista, assinado por pelo menos 5 moradores.

Entretanto, independentemente da solicitação de reconhecimento encaminhada pela comunidade à FCP, a titulação da terra dependerá de um processo de demarcação realizado pelo INCRA. Aliás, um processo, na maioria dos casos, demorado pelas contestações feitas por fazendeiros, invasores e, em alguns casos, por estados, municípios e União.

A luta e organização das populações remanescentes crescem e se fortalecem, é verdade! Mas é importante considerar que não existe, ainda, legislação específica para titulação de Quilombos urbanos, como são consideradas as favelas mais antigas.

E essa como você sabe, professor/a, é uma realidade comum em diferentes regiões do Brasil. No Rio de Janeiro, várias são as comunidades nessa situação, hoje também habitadas por migrantes nordestinos e de outras partes do país.

Deu no Jornal...

Descendentes de escravos da comunidade Caçandoca, em Ubatuba(224 km de São Paulo)(...) podem ser obrigados a deixar o local por força de uma decisão judicial.No dia 20 de maio, a Justiça concedeu uma liminar de reintegração de posse de parte da área onde está a comunidade, que é reivindicada pela empresa Urbanizadora Continental, de São Paulo(...) Formada por descendentes de escravos de uma fazenda de café que funcionou na região até o início do século 20, a Caçandoca foi reconhecida, em 2000, como comunidade remanescente de quilombo pelo ITESP(...) De acordo com o ITESP, as famílias habitam o local há mais de cem anos(...)

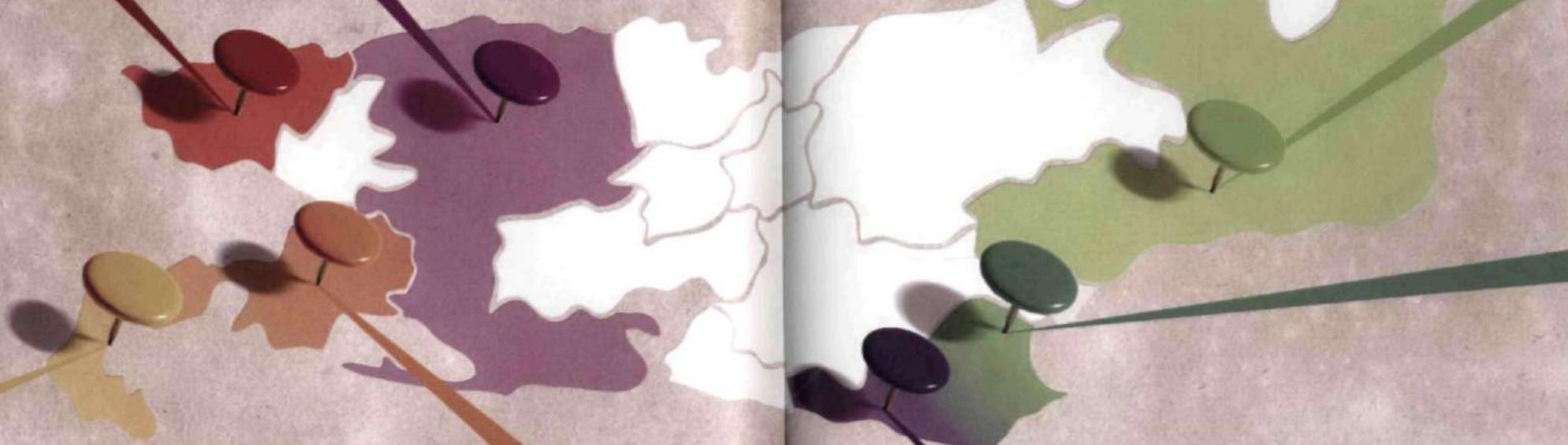
Folha Online - 02 junho 2005

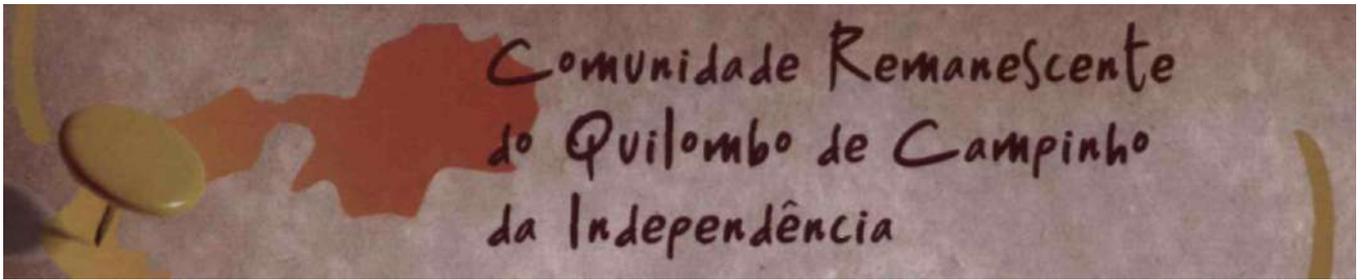
O Governo Federal reconhece hoje no Diário Oficial como de remanescentes quilombolas a área em que vive a família Silva, na Capital, alvo de disputa.O fato deve influenciar a Justiça nas futuras decisões.(...) o Quilombo Silva é o primeiro urbano do país.

Correio do Povo - 17 junho 2005

(((Dá licença que...

eu vou entrar...)))





Ilerra de Mulheres. Assim pode ser caracterizado o Quilombo Campinho da Independência - o único legalmente titulado - terra originariamente doada a três escravas: vovó Antonica, tia Marcelina e Maria Luiza, de quem descendem os atuais quilombolas.





Localizado no sul do Estado do Rio de Janeiro, entre Pedras Azuis e Patrimônio, encontra-se a 14 km de Paraty, circundado pela Mata Atlântica e cortado pelo rio Carapitanga.

A respeito desse rio, que nasce em Paraty e desagua na praia de Paraty-Mirim, relatam os/as moradores/as sua preocupação, em função da degradação iniciada com a construção da estrada Rio-Santos, que aterrou várias partes. Mobilizada, a comunidade encaminhou um ofício às autoridades, cobrando a revitalização do Carapitanga que serve, ainda, à comunidade indígena da região.

Os "causos" contados pelos moradores, sobretudo os mais velhos, dão conta que Antonica, Marcelina e Luíza diferenciavam-se das demais negras, por possuírem instrução, posses e habitarem a Casa Grande. Seriam responsáveis por cuidar das crianças do fazendeiro. No local, dizem, apesar de várias outras fazendas, a Independência era a mais importante.

A respeito de sua origem, a história passada no Quilombo, de geração a geração, é de que, após a abolição da escravatura, com o enfraquecimento da economia da região, perdeu-se o interesse econômico pelas propriedades e os fazendeiros fizeram a divisão das terras entre aqueles/as que nelas trabalhavam, ocasião em que - "minha avó, a irmã de minha avó e uma prima receberam a doação"- acrescenta a quilombola Maria Adelaide Martins, 82 anos.

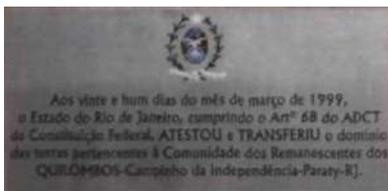
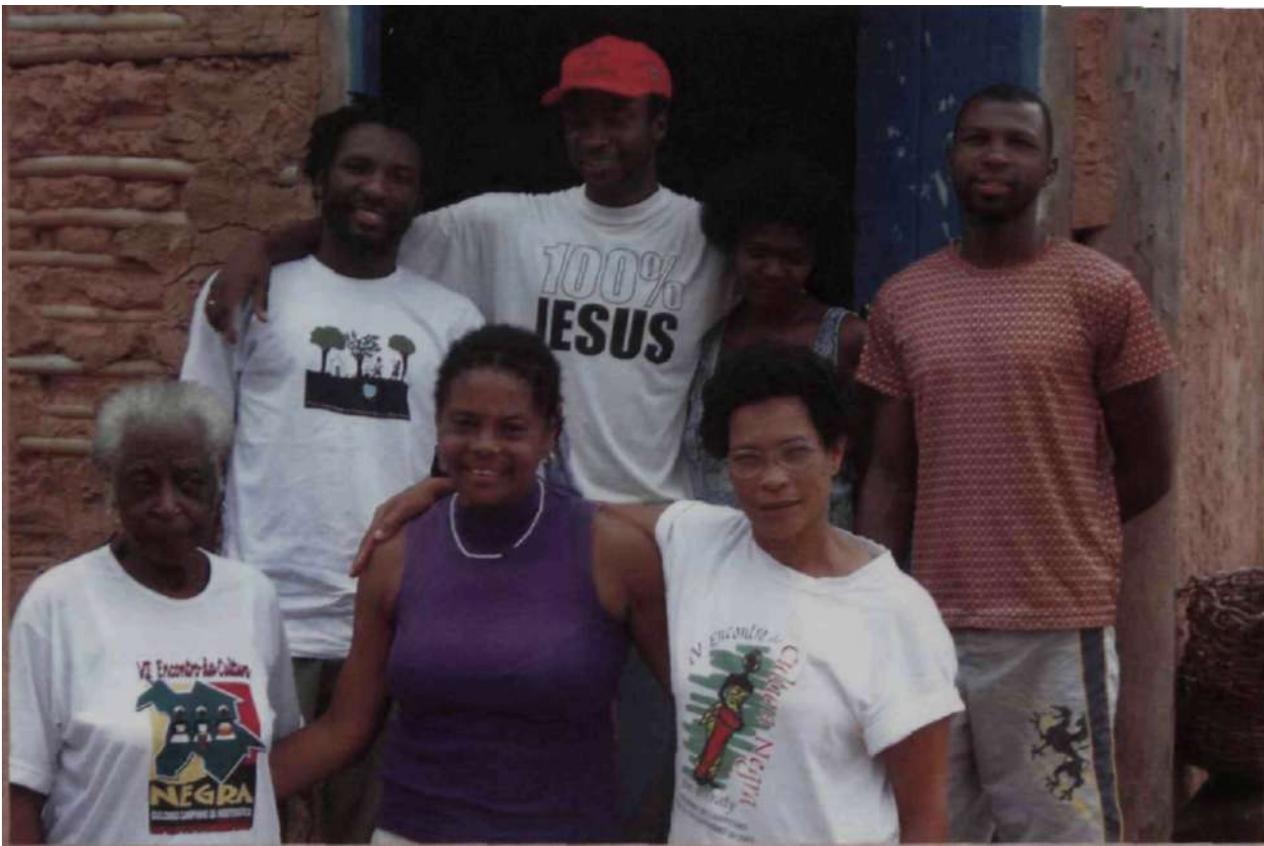
Adelaide lembra que "- antigamente, naquele tempo, o nome desse lugar era Sertão da Independência. Aí nós fomos casando, criando, produzindo e falando campinho, campinho (...) aí ficou Campinho da Independência".

Na década de 60, os/as quilombolas enfrentaram forte pressão, tanto do setor privado como do público, no sentido de que abandonassem o local. Nessa época, o governador desapropriou a área, para instalar uma colônia agrícola e, em 1971, após a criação da reserva Florestal do Parque Nacional da Bocaina, os/as moradores/as ficaram ainda mais limitados quanto ao uso da própria terra.

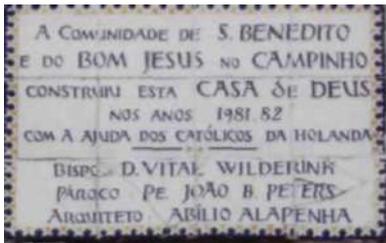


"... até hoje a estrada mata(...) A semana atrasada, atropelou duas meninas bem novinhas aí(...)."

Maria Adelaide Martins, comentando o ii da rodovia construída nas terras quilombolas.



Entretanto, em 1973, a partir da construção da estrada que liga o Rio de Janeiro a Santos, em São Paulo, os/as quilombolas se depararam com a supervalorização das terras da região e o aparecimento de vários "supostos proprietários" que desejavam expulsá-los. Ameaçados/as foram à justiça e fundaram a Associação de Moradores, filiada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.



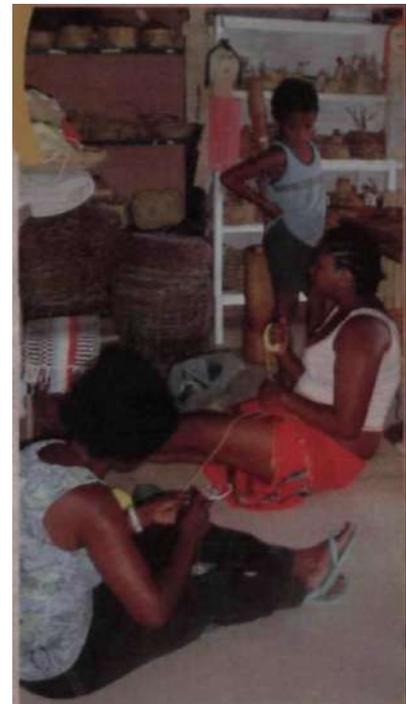
Segundo Ronaldo dos Santos, presidente da ACQUILERJ - Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro - e morador do Quilombo, atualmente residem na comunidade cerca de 112 famílias, com uma média de 400 pessoas. As casas são organizadas em núcleos familiares e há uma praça, no centro do Quilombo, onde os jovens se reúnem e as crianças brincam e jogam futebol. "A gente fez uma contagem outro dia. Tem um equilíbrio aqui no Campinho. Entre crianças e adolescentes, tem umas cento e tanto(...)" destaca Laura Maria dos Santos.



Logo na entrada, localiza-se a Casa do Quilombo que reúne, para venda ao público, utensílios, biscoitos, doces e trabalhos artesanais, todos desenvolvidos pelos/as moradores/as. A respeito dessa construção, importante espaço de resistência e manutenção da cultura local, Ronaldo destaca ser ainda "o resultado da mobilização de 4 gerações. Para embarrear as paredes mobilizamos a geração do tio Valentim, meu avô, e outro senhor, que também está na casa dos 80 anos; a dos que têm 60, que é a do Mingão e tio Válter, e a minha, na casa dos 30. E olha que além disso vários meninas e meninas ajudaram também..."

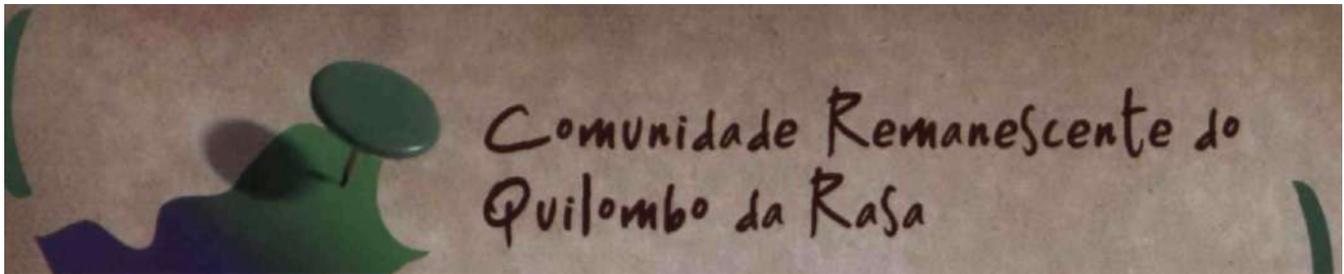
A escola municipal do Campinho, inserida na comunidade, atende ao primeiro segmento do Ensino Fundamental e, lembra Ronaldo, " às crianças de comunidades vizinhas(...) da alfabetização até a quarta-série. Agora, pra estudar da 5ª ao Ensino Médio, a gente vai pra cidade. Tem carteirinha e passe escolar para o ônibus(...) O maior problema do jovem daqui é a falta de perspectiva(...) como não tem ocupação, os/as jovens não têm interesse em estudar.(...) Então essa é uma dificuldade pela qual o/a jovem passa e de repente nem se dá conta disso, e vai buscar solução em outros caminhos que não são legais(...) mas isso não é um problema só nosso, é uma questão do Brasil também(...)".

Desde a década de 1990, os quilombolas contam com a Associação de Moradores do Campinho, a AMOC.



"(...) quando a gente tem encomenda, a gente prefere trabalhar juntas, porque o trabalho sai igual, porque é encomenda. Quando não é encomenda, tem uma lista para colocar aqui, cada um faz na sua casa e traz para vender(...). A maioria dos artesãos faz assim(...). Cestaria eu aprendi com meu pai, seu Valentim, que trabalhava com tapetí, peneira e cesto. (...) Tapetí é aquele balaio para colocar massa de farinha (...) As crianças entram e olham a gente trabalhando. É bom que as meninas e os meninos aprendem e ajudam. A gente pode ganhar algum dinheiro também com o que é nosso, com o que a gente sabe fazer. As coisas vão, assim, passando de pai para filho, neta, toda a família (...)"

*Adilsa da Conceição Martins
Vice-presidente da Associação de
Moradores de Campinho.*



A população do Quilombo da Rasa, localizado no município de Armação de Búzios, segundo relato de moradores/as, resultou dos/as escravos/as fugidos/as no desembarque da viagem da África - do Pai Vitorio, navio negreiro que mensalmente aportava em Búzios -, dos/as negros/as que fugiam da Fazenda Campos Novos e, posteriormente, dos/as libertos após 1888. • • •



Também "nos causos" contados pelos/as moradores/as mais antigos, descobre-se que a parceria e a convivência pacífica entre negros e os índios da localidade, encontra-se presente até hoje, por exemplo, na pesca artesanal que, como o jongo e a capoeira, lutam para preservar.

"A mãe de minha mãe, que era de Angola, trabalhava na Campos Novos..." destaca Dona Uia, uma das lideranças da comunidade que, logo a seguir, acrescenta:" depois da liberdade, muitos dos escravos daqui voltaram para a África, de navio. Tem um lugar lá que tem umas 50 famílias que descendem de gente daqui de Búzios. Eles morreram, mas ficou a história que levaram daqui...".

A luta pela terra tem sido uma constante na vida desses/as quilombolas. Dona Uia relembra que ao longo dos anos, " vários fazendeiros apareceram dizendo que eram os donos de tudo". Dessa forma, os/as negros/as que continuaram morando na terra recebida, logo após a abolição, da família do fazendeiro Eugênio Amoldes, pagaram durante muito tempo um arrendamento - três dias de trabalho grátis -, aos muitos exploradores que apareceram dizendo-se donos "do pedaço".

(...) teve um que chegou aqui e foi metendo a mão nas cercas, botando fogo na plantação (...) ele trouxe boi e jogou nas roças da gente(...) arrancou as telhas da casa da gente e aí a gente ficou sem moradia. Então foi o sr. Gonçalves que arrumou terra para a gente. Ele fez casa de novo pra gente , mas, minha mãe pagava novamente os três dias de renda. Quando meu pai morreu, minha mãe comprou esse pedacinho de terra...". Essa situação, de expropriação, acelerou-se a partir da década de 50 e piorou para os quilombolas, à medida que Búzios configurava-se como um famoso balneário.

Ao longo dos anos, muitas famílias quilombolas venderam suas propriedades e o processo desordenado de ocupação da região, por migrantes, ameaça a comunidade.

Uma área da Rasa que abrange somente as famílias que descendem dos/as escravos/as é reconhecida pela FCP, oficialmente, como área remanescente de Quilombo. Entretanto, os/as quilombolas destacam que ainda aguardam, do INCRA, o título da terra.

"Quando eu comecei a fazer, com o pessoal do INCRA, o levantamento das famílias, eu achei pra mais de 600", diz Carivaldina Oliveira da Costa, a Dona Uia.

No relato sobre o Quilombo, os/as moradores fazem questão de destacar a existência de escolas e a possibilidade que crianças, jovens e adultos têm de estudar. "Só no Cruzeiro tem dois colégios,



(...) os escravos encaixotavam a banana para mandar para o pessoal de Portugal. Era a banana que os portugueses tinham plantado por aqui (...) O resto, o que sobrava, que não ia para lá, a banana molenga, ficava tudo na fazendinha e virava um doce gostoso, a mariola.

Eva Mana de Oliveira





com a Joaquina faz seis(...) Está difícil o trabalho pra quem tem estudo, imagine para os analfabetos...", acrescenta Maria José da Conceição.

Já em relação ao aspecto cultural, destacam que "(...) apenas a capoeira, porque jongo existia, mas os que dançavam jongo já morreram e esses novos aí nem conheceram. Tinha também o Rei do Boi, no dia 20 de janeiro.(...) E no dia 6 de janeiro o pessoal dançava Folia de Reis(...) A capoeira ainda ensina lá na praça, a gente tem um professor que ensina aos meninos e meninas (...)", relembra Dona Uia.

Junto àqueles/as que não mais dançam jongo, encontra-se também a maioria das parteiras e rezadeiras que, por muitos anos, atenderam à população da Rasa, como aconteceu ao único senhor que rezava espinhela caída: "(...) tinha um só e morreu(...), lamenta Zilmar Gonçalves Faria para, logo em seguida, repetir a reza para machucado aberto no pé: " Por aqui caminha aberta e nervo torto. Por aqui eu cozo", acrescentando que então, o rezador "passava uma agulha virgem por cima do pé da pessoa, com um pedaço de pano branco e aí a pessoa ficava boa. Eu alcancei muito isso(...)"

Comunidade Remanescente do Quilombo de Santana

Contam os moradores de Santana que as terras onde hoje moram, eram de propriedade do Barão de Cajuru, falecido em 1869. "Minha mãe dizia que foi a filha do Barão que, antes de morrer, doou as terras aos escravos" - complementa Dona Maria de Lourdes de Almeida, moradora de Quatis -" (...) minha mãe e meu tio é que traziam ela lá de cima da fazenda de Santana(...) naquele tempo chamava trolinho , eles vinham empurrando ela até a casa do sr. Valentim. A mulher dele fazia biscoito de vento, coisas boas e a sinhá adorava (...)".





Embora reconhecida oficialmente como Remanescente de Quilombos pela Fundação Cultural Palmares, em 1999, a comunidade, localizada no município de Quatis, apesar de possuir o título da terra fornecido pela FCP ainda não conseguiu obter o registro da mesma, como resultado das inúmeras contestações à justiça por fazendeiros e proprietários da região. Aliás, há muitos anos os quilombolas vêm perdendo, para os fazendeiros, parte dessas terras. A luta da comunidade para a preservação do patrimônio, inclusive o cultural, tem sido grande.



Miguel Francisco da Silva, presidente da Associação de Moradores do Quilombo de Santana, conta que a igreja existente na comunidade, construída em 1869, onde está enterrado o Barão e alguns de seus familiares, quase foi totalmente destruída pelos fazendeiros, que buscavam apagar as provas de que aquelas terras tinham história e pertenciam aos/as negros/as descendentes de escravos." Tá vendo essa pedrona aí no chão? Era lá do segundo andar da igreja. Ele não existe mais. Agora só tem esse salão que nós estamos consertando e tentando salvar para não cair.(...)".



O sistema de produção da comunidade é coletivo. Acrescenta Miguel: " a gente planta tudo junto e quando um colhe, todo mundo colhe. Quando vende, cada um tira sua parte do dinheiro e administra do jeito que pode..." Segundo ele, cerca de 200 pessoas estão espalhadas pelo Quilombo.

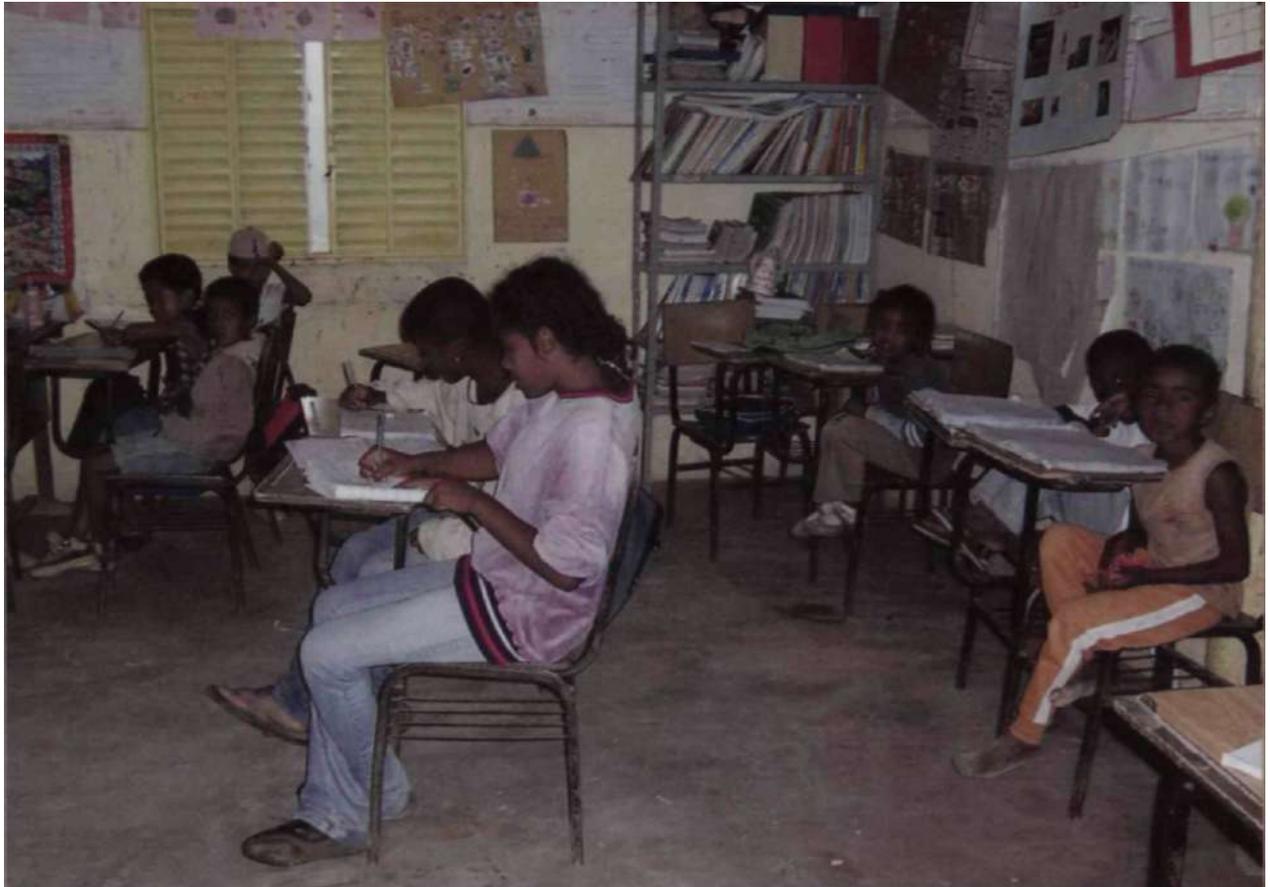
Dizem os moradores/as que se, de fato, os/as negros/as ganharam terras, elas depois voltaram aos fazendeiros, como pagamento de dívidas. A perda ocorria ainda, quando se negavam a colocar o/a filho trabalhando para os proprietários. Nesse caso, explicam, a família era expulsa do lugar.

No ano de 2005, Santana tomou-se a primeira comunidade remanescente de Quilombo do estado a receber um pequeno trator do Governo Federal, para ajuda na agricultura que financia também a construção de um pequeno galpão para armazenamento de grãos.

Aliás, também o sistema FIRJAN e o CAD - Centro de Apoio e Desenvolvimento - atuam em Santana, junto aos moradores no fornecimento de equipamentos destinados à agricultura, capacitação em gestão e artesanato.

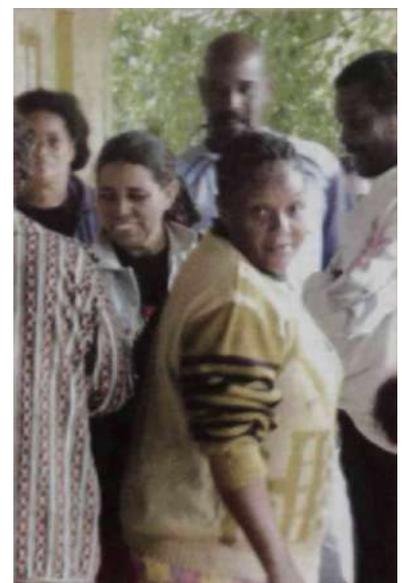


Em relação à Igreja de Santana, Miguel lembra que se o cemitério dos/as senhores/as era em torno da capela, escravos/as eram enterrados em outra parte, longe da igreja e acrescenta que "Até há pouco tempo quando a gente areou a terra, encontrou ossos deles espalhados por lá".



A Escola Municipal, instalada na comunidade, atende a cerca de 25 alunos/as, da classe de alfabetização à quarta série do Ensino Fundamental, em duas classes multisseriadas. Olga Maria de Jesus Moreira, cozinheira da escola, explica que "a partir da 5ª série as crianças vão estudar lá fora, em Quatis ou São Joaquim, um distrito (...) é quando os problemas aumentam, pois andar até a porteira [cerca de trinta minutos] para pegar o ônibus, não é moleza não (...)".

Maria de Lourdes de Almeida fala com saudades do tempo em que morou no Quilombo. "As histórias foi indo, indo e foi tudo se acabando (...) O pessoal morrendo, o pessoal de Minas comprando as fazendas, muita gente antiga tendo que sair (...) Não tem mais respeito com nada. Antigamente, na roça, ninguém costurava nem fazia nada na Sexta-Feira da Paixão. (...) Lá em casa que meu pai criava porco e matava porco, ninguém podia comer nem um torresmo nesse dia (...) Mas quando chegava Sábado de Aleluia, a gente saía de manhã cedo com aquelas latas de 20 litros cheia, dando torresmo prós vizinhos (...)". Conclui lembrando, após muita dificuldade, de uma "modinha" de seus tempos menina: "Eu fui na venda pra comprar morim. Comprei saia de fita pra Teresa e camisa pra mim. Camisa pra mim (...)".



Se os moradores apontam a beleza do lugar como uma das melhores coisas da comunidade, reclamam da falta de emprego e de perspectiva para os mais jovens. Destacam também que a maior parte dos moradores, inclusive crianças, sofrem com "problema de pressão alta", atualmente monitorado por agentes de saúde,



Comunidade Remanescente do Quilombo de Santa Rita do Bracuí

Sem "h" e com "i", nada de "y", porque isso foi invenção da imobiliária que veio para expulsar a gente das terras". Pela grafia correta do nome do Quilombo, iniciam os/as moradores/as a narrativa a respeito da história da comunidade. Relatam que as terras, pertenciam ao comendador José Breves, ao que Manoel Moraes da Silva, destacando ter 86 anos de comunidade e ser neto de escravo da Fazenda Santa Rita, acrescenta: "após a morte dele, deu preferência para doar as terras para os escravos (...)".



Entretanto, independente da doação, Joana Azevedo dos Santos, aos 89 anos, chama atenção que "apesar de ele ter dado escrita, o povo, coitado, botou tudo fora e que os terrenos que estão aí pela estrada, eles deram tudo. Por isso a Bracuhy [imobiliária] invadiu (...)". A pressão sofrida pelos/as moradores/as acentuou-se, segundo relatam, sobretudo a partir da Construção da Estrada Rio-Santos, por volta de 1975.

A empresa Bracuhy chegou mesmo, afirmam os quilombolas, no relato "dos causos", a ameaças feitas por homens armados. Sobre isso, conta Dona Joana:"(...) a polícia e o Oficial de Justiça bateram lá na minha porta (...) disseram pra eu assinar o livro de contra-fé e como eu não quis, falaram , ou a senhora assina ou sua casa vai ser queimada! Eu disse não e ele falou que ia me levar pro Juiz (...) No dia marcado eu fui lá e o cara do cartório me explicou que o dono da Bracuhy tinha comprado as terras, mas que como eu não queria entregar, ele tinha falado pro dono que eu era uma nativa e o dono ia me dar uma casa pra mim morar. Eu disse que já tinha casa, que



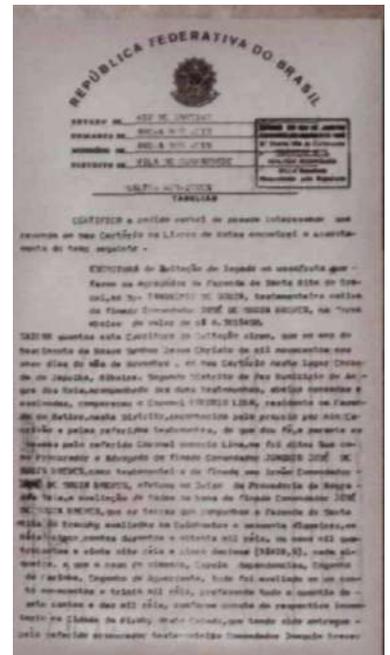


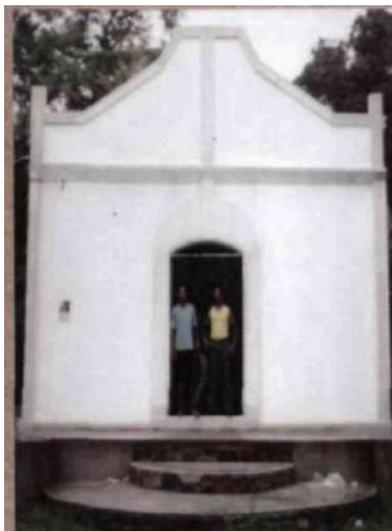
a terra o Breves deixou pro meu avô (...) Duas semanas depois o advogado da empresa queria conversar comigo e eu fui lá. Tinha um monte de advogado e eles falaram que o dono queria me dar uma gorjeta boa e ia me colocar num lugar muito bom , da estrada pra cima (...) Eu disse que não tinha interesse em desfazer do meu sítio, que respeitava o lugar onde meu pai nasceu e morreu (...) O dono então disse que eu era boazinha, que estava lutando pelas pessoas mas que ninguém ali tinha prova de que era dono e que se aparecesse alguém com papel ele dava um abraço e levava o nome pro Brasil inteiro. Aí, eu agarrei minha escritura e mostrei pra ele. Depois dessa ele nunca mais me incomodou".

Nem todos/as os/as moradores/as tiveram, entretanto, o desfecho encontrado por Dona Joana e precisaram abandonar a área. Os que ocupavam o litoral deslocaram-se para outra parte da fazenda.

Reconhecida pela FCP desde 1999, a Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí, encontra-se localizada em Angra dos Reis. Reúne, de acordo com João Luiz Ramos, - cuja avó e bisavó foram empregadas na fazenda dos Breves -, morador da comunidade, diretor de Políticas Públicas da Associação de Moradores e diretor de finanças da ACQUILERJ, "algo entre 350 a 500 pessoas e (...) Talvez uns 200 jovens (...) Muitas famílias são remanescentes daquele tempo (...)".

As histórias e lendas, sobretudo as de assombração, temem os moradores que, como as parteiras e curandeiras, desapareçam ou tornem-se raras. A solidariedade entre os quilombolas é outra preocupação que apontam, como traduz a fala de Manoel Silva: "(...) Se eu não tenho que dividir com meu vizinho, com meu parente, então tudo vai acabando (...) A gente vai deixando pra lá aqueles valores que eram compadres, comadres e vizinhos que se davam bem e se juntavam pra fazer as coisas pra comunidade (...)".





O grupo de Jongo, formado também por muitos jovens, é uma aposta da comunidade para a continuidade das tradições. Clotilde da Silva, aos 66 anos, é um desses exemplos. Diz ela: "(...) Meus netos e netas todos dançam. A gente tá tentando ver se o jongo continua (...)". Animados, acompanhados por tambores, emendam uma cantiga:

"É da Bahia, é da Bahia...
botei um pau na divisa da Bahia...
A casca do pau chorava...
E o cerne do pau tremia...
Eh! Eh! Ai, ai, ai...
Ah! Eh! Eh! Ah..."



A luta de alguns moradores atualmente é pelo estabelecimento de uma cooperativa. A tradicional plantação de banana "não dá mais nada (...) os jovens estão se esquecendo que os pais deles foram criados com enxada na mão (...) hoje tem muito pouca lavoura. Os homens e as mulheres buscam emprego nos condomínios da região (...)", diz João Luiz Ramos.

A comunidade conta com uma escola que, informam os moradores, atende aos alunos até a oitava série. A preocupação relaciona-se aos jovens, com dificuldades de emprego e, ainda, ao processo de descaracterização da comunidade, com a venda de lotes por alguns dos herdeiros dos antigos quilombolas. A chegada de "forasteiros" trouxe, falam os/as moradores/as, para os jovens, problemas que antes não se experimentava na comunidade, que eram "das grandes cidades".

Comunidade Remanescente do Quilombo da Fazenda Machadinha

Localizada em Quissamã, a comunidade ocupa as senzalas que um dia pertenceram à Fazenda Machadinha, contam os/as moradores/as. Alguns, inclusive, destacam dificuldades em preservar as tradições.





Os "causos relatados" pontuam que Machadinha tem, na verdade, dois grupos de descendentes de quilombolas. Eles/as na parte das senzalas e em Santa Luzia, afastado cerca de dois quilômetros, os/as descendentes que têm a doação de suas terras.

Não esquecem, porém, de acrescentar que, também o Mutum, como o Bacurau, é um outro lugar onde se encontram descendentes de escravos. As terras de Machadinha, contam, pertenciam ao Barão de Ururá e hoje, à Usina, que se encontra parada. Segundo André Luis do Sacramento, "(...) ninguém aqui tem a posse da terra. Os usineiros estão esperando a indenização do INCRA (...)".

Ele destaca ainda que a comunidade conta com a Associação de Moradores da Fazenda Machadinha e "agora, está para ser criada a Associação de Moradores das Senzalas Remanescentes de Quilombo (...)".



A casa-grande, onde morou a família do fazendeiro, encontra-se destruída, e em demorada reconstrução. "Olha lá, só a frente e os fundos da casa ficaram", dizem os quilombolas, apontando. Paredes que, com as senzalas, foram tombadas pelo INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural.

Maria Josefa de Souza Pessanha, diretora da Escola Estadual Municipalizada Fazenda Machadinha, localizada na comunidade, informa atender a 81 alunos/as, da "Machadinha e de fora dela, da educação infantil à quinta-série do ensino fundamental (...) Depois, elas vão para a Escola Santa Catarina".

A comunidade aguarda o reconhecimento de área remanescente de quilombo, pela Fundação Cultural Palmares.

Lendas, rezas e chás são conhecidas por uns e não mais por todos/as. A comida típica "é o bolinho de sassá (...) um peixe". O jongo, entretanto, existe na comunidade, ao lado do fado.



Joana dos Santos, mãe de Amanda dos Santos Peçanha, de nove anos, são exemplos vivos. Ambas são cantadoras, ao lado de Erotilde de Azevedo, de 81 anos. Solicitados, improvisam o jongo, com o auxílio dos demais quilombolas presentes...

Piaba, ó lele, piaba...
Piaba, ó lele, piaba...
Olha piaba, ô lele piaba...
Oh! Respeita seu Tobias
Que ele é o papai da Barra...
Oh! Respeita seu Tobias
Que ele é o papai da Barra...



Achei um gambá sentado...
Na praça da Freguesia...
Tatu não era buraco...
Veado não era hierarquia...
Tatu não era buraco...
Veado não era hierarquia...
O largo do zoenado...
Já vem da Ave Maria...



Quando o assunto é a continuidade das religiões africanas, Francisca da Silva Ferreira conta que "terreiro mesmo não tem não. Mas tem, assim, os que trabalham em casa (...)" o que André Sacramento atribui ao fato de que "(...) outros discriminam um pouco esse culto. Porque muitas vezes a pessoa vai (...) mas tem vergonha de dizer que frequenta".

O cantador de Reis, segundo Francisca, também acabou. Os dois últimos "meu tio e um primo da gente entraram para a religião e pararam". Ela lembra com saudades do tempo em que "a gente ia dormir e, no mês de janeiro, quando chegava mais tarde da noite, a gente naquele soninho, daqui a pouco aquele cantor de Reis estava na porta, aí saía pra fora também (...) Eu alcancei isso ainda, mas os mais novos não".

Uma das últimas parteiras ainda vivas na comunidade é Dona Maria da Conceição Nascimento Ribeiro, de 66 anos, que diz ter aprendido o ofício com a avó. Interrompeu a prática há uns vinte anos. A utilização desse recurso, dizem os moradores, praticamente acabou, mas, dependendo da hora que o socorro chegar da cidade, "o negócio é contar mesmo com uma parteira".

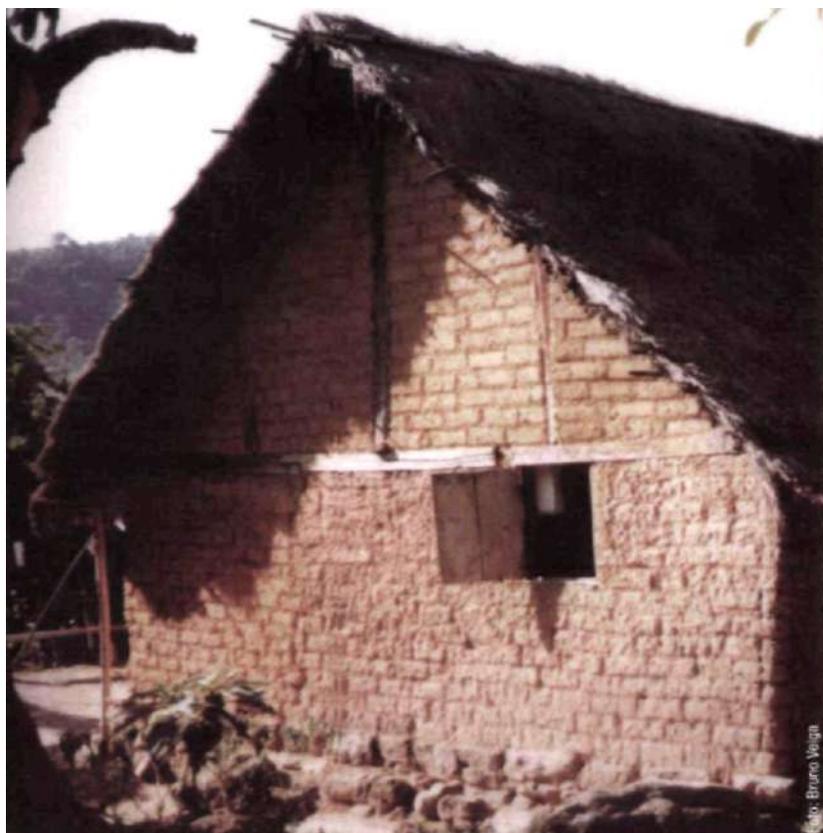


Comunidade Remanescente de Quilombo de São José da Serra

Os duzentos quilombolas da comunidade localizada em Valença são a sétima geração dos/as escravos/as da Fazenda São José, comprados para o trabalho nas lavouras de café.

Reconhecida como comunidade remanescente de quilombo, pela FCP, desde 1999, conseguiu manter as tradições, tendo no jongo sua maior referência.

Com a venda da propriedade, há cerca de quinze anos, interrompeu-se o ciclo da família que revezava, entre os herdeiros de diferentes gerações, a promessa de doação feita aos ancestrais dos quilombolas, pelo primeiro proprietário. Há mais de 150 anos, a comunidade, valorizando os laços de solidariedade e parentesco que os unem, aguarda essa doação, sucessivamente adiada.





Em junho de 2002, os/as moradores, liderados por Antônio Fernandes, fundaram a Associação da Comunidade Negra Remanescente de quilombo de São José da Terra, visando acelerar a solução para o problema da terra e preservação do patrimônio cultural.

A sobrevivência dos quilombolas, com a área de plantio reduzida e controlada pelo atual proprietário da fazenda, relaciona-se à plantação de milho e feijão e criação de animais de pequeno porte. Santa Isabel, cidade vizinha, é onde compram os produtos de primeira necessidade e Conservatória, o local onde comercializam alguns dos produtos produzidos no local.

A demarcação da terra é, ainda, motivo de divergência entre a comunidade e o governo federal. Os quilombolas alegam que apenas 285 hectares, atual área da Fazenda São José, é a parte com que têm laços históricos e, não, com todo o conjunto de terras, que alcança cerca de 830 hectares.

Dentre as manifestações sobrenaturais apontadas pelos/as moradores/as, destacam-se a Mãe do Ouro, uma bola de fogo colorida que, desde os tempos da escravidão significa boas-novas para a comunidade. Já a Mãe D'água pode ser escutada batucando tambores, em algumas noites, no Rio Indaiá, que corta o quilombo.

A convivência entre igreja católica e terreiro de umbanda é antiga no São José. Há cerca de 30 anos, no alto do quilombo, Mãe Zeferina, já falecida, fundou o Centro de Umbanda São Jorge Guerreiro e Caboclo Rompe Mata. Os quilombolas construíram uma capela, na comunidade, em homenagem a São José Operário. Mensalmente recebem a visita de um padre da Diocese de Valença, ocasião em que rezam a tradicional missa.





Uma vez por ano, primeiro de maio, dia consagrado a São José, uma grande festa, aberta ao público, com missa afro, roda de capoeira, feijoada, campeonato de futebol e jongo e calango, animam o quilombo até o amanhecer do outro dia.

Outras festas comunitárias, como casamentos, batizados, dia de Cosme Damião, dos Preto-Velhos, lemanjá, Ano Novo e Nossa Senhora das Candeias, representam, ao mesmo tempo, a manutenção das tradições, um espaço de reunião das famílias e, sobretudo, de agradecimento e celebração dos ancestrais.

Texto escrito a partir de conversa com Antônio do Nascimento Fernandes e pesquisa bibliográfica. CD, Livro Jongo do Quilombo São José - 2004 / Associação Brasil Mestiço

" (...) Além de jongo, tinha o baile de calango. Tudo acontecia na barraca feita de bambu e coberta por folha de bananeira (...) A primeira coisa da noite era um ritual respeitado: o acender da fogueira. Quando (...) era acesa começava muita gritaria e fogos (...) Até hoje os tambores são afinados com o calor das fogueiras. Enquanto o tambu e o candongueiro [instrumentos usados pelos jongueiros] iam se aquecendo, os presentes eram convidados a rezar um terço tocado e cantado para São Gonçalo (...) acompanhado por um violão, uma sanfona e um pandeiro (...)



Antônio do Nascimento Fernandes in Jongo do Quilombo São José, 2004

Comunidade de Remanescente de Quilombo Caveiras/Botafogo

A comunidade Caveiras/Botafogo, situada no Município de São Pedro da Aldeia, tem, desde 1999, o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares, no que se refere a áreas remanescentes de quilombo.





Entretanto, a parte de Botafogo pertencente ao município de Cabo Frio, segundo o INCRA, caracteriza-se como assentamento, não tendo portanto o reconhecimento de quilombo.

A decisão é questionada por moradores que lembram ser vários, os/as ali residentes, com mais de 70 anos, também descendentes de escravos/as. Todos/as, enfatizam, da mesma Fazenda Campos Novos que, inclusive, deu origem a várias pequenas comunidades que, aos poucos, vêm solicitando reconhecimento.

Noel Trindade, Presidente da Associação de Moradores de Botafogo e morador da comunidade [parte considerada assentamento], lembra: "Da nossa família, minha avó foi a primeira a chegar aqui na terra, vinda da Campos Novos (...)"

Toda a região, que é rural, reuniria, informam, cerca de 350 famílias. A solidariedade e camaradagem existentes são pontos reforçados pelos/as moradores/as, como importante aspecto da tradição quilombola.



Desde meados do século passado enfrentam conflitos de terra. Vários foram os que se apresentaram como supostos proprietários do lugar. Buscando defender-se coletivamente criaram uma Associação de Moradores e um Sindicato de Trabalhadores Rurais, ainda na década de 50, que aliás, destaca-se como o pioneiro da região.



Rosa Geralda Silveira, mais conhecida como Rosa da Farinha, por ter atuado como vendedora de farinha na feira e posteriormente no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a respeito da titulação da terra, lembra que "Há mais de sessenta anos dizem que tem um processo pelas terras. Entra ano sai ano e nada. Uma turma vai embora, vem outra e nada (...). Isso está pendurado desde muito antigamente (...)"

Quanto ao nome da comunidade, esclarece: "Meus avós diziam que foi de uma época que se encontrava muita caveira de índio aqui (...)" e, no que se relaciona à origem dos/as moradores/as, explica: "Minha família chegou trazida pelo capataz da fazenda, como as outras também. Meus avós eram escravos (...) ela foi apanhada no laço, no mato, era índia e meu avô não sei de onde veio (...) os avós do Joaquim, aquele meu marido ali, também foram escravos (...) Meu pai, o Agapito, já nasceu depois da escravidão (...)"



A respeito das tradições culturais, Dona Rosa diz que "a cultura aqui era muito chegada ao boi e essa durou poucos tempos, os meus filhos ainda conheceram o Rei de Boi de Campos Novos (...) boitatá e Bruxa aparecia por aí, o pessoal dizia que via (...) Tinha a ladainha, que foi acabando (...) é que muita gente entrou pras igrejas (...) As

benzedoras também tinha muito. E parteira. Eu mesma fui parteira (...) A gente ainda usa muita erva aqui pra chá (...) o de Macaé, que o povo chama de china, serve pra dor de fígado (...) Comida era o biju (...). "E os bailes? Também tinha muito antigamente, né?" lembra Florisbela Rodrigues, de Botafogo.



Pedro Augusto Trindade (Botafogo), diz: "Eu já vi muito troço aqui dentro (...) Um cachorro arará que atacava a gente e aparecia e desaparecia (...) Um troço que ninguém via e que jogava pedra e terra em cima dos telhados da gente (...)".

Antônio da Silva Fernandes relembra da Folia de Reis, afirmando que "aqui em Botafogo, isso era uma alegria para o povo (...) tinha o rei do boi gordo, que é o que canta a folia e tinha o rei magro, que não canta (...)". Lamenta que a história "dos antigos" vá sumindo à medida que os mais velhos vão morrendo. Animado, canta como fazia o rei gordo, para agradecer ao dono da casa visitada... "licença que eu já ia se retirar, deixa aí a lembrança que eu torno a volta...".



A concordância é geral quanto ao desaparecimento das assombrações: "o sumiço foi começando depois que o povo passou pras igrejas", dizem. Até a Carlota sumiu, atestam. "Uma dona da fazenda que ficava na curva, lá embaixo, que era muito malvada para os/a escravos/as. Ela gritava para o empregado quando chegava uma tropa [de escravos/as]: é perna fina ou grossa? Perna fina pode mandar que é trabalhador. Perna grossa é preguiçoso", fala Antônio.



Não há, segundo os/as moradores/as, escolas na comunidade da Caveira. Crianças e jovens estudam em Cabo Frio, "na divisa", localizam. Já em Botafogo, os/as moradores/as dizem contar com a Escola João Evangelista dos Santos.

Até hoje os descendentes de Campos Novos sofrem com invasões de migrantes, construções ilegais e extração de areia. Nos vários condomínios de luxo construídos na região, trabalham muitos dos homens e mulheres da comunidade. O aumento da população do município trouxe, dizem os/as moradores/as, para os jovens, problemas "que eram só da cidade grande".

Por uma pedagogia do

"Outros e Outras" personagens em sala de aula...

"(...) A gente sabe o que o pessoal da comunidade fala, né? Eles não sabem muita coisa... que antigamente a escola era uma senzala. A prefeitura está oferecendo pra gente, agora, um curso sobre a cultura afro-brasileira. (...) É, no ano que vem a gente vai trabalhar com as crianças aqui, sobre a cultura afro-brasileira, que até então a gente não trabalhava (...) A gente escolhe uma palavra - chave (...) começa o trabalho com cavalo e mato, que são da realidade deles (...) forma frase, faz texto, uma história, uma música, brincadeira de confeccionar o cavalo de pau (...) e aí depois vai desmembrar as duas palavras." E a palavra quilombo já apareceu? "Não, ainda não."

R. e R. Professoras do ensino fundamental, da rede pública de educação de Quatis

"(...) A história do quilombo não. Trabalha a história do nome, a gente por estar na comunidade, a gente sempre resalta, assim, as coisas da comunidade, passando por eles, apesar de que eu acho que a comunidade conhece bem, então eles têm esse conhecimento dentro de casa também (...) a gente não aprofunda porque tem muitas coisas que a gente não sabe (...)."

M. Professora do ensino fundamental, da rede pública de educação de Quissamã.

Com certeza, professor/a, por tudo que discutimos até aqui, podemos afirmar, sem dúvida, que passa pela escola - e por consequência, por nós, educadores/as - uma importante contribuição para o resgate dessa história ainda não-oficial e fundamental para compreensão do processo constitutivo da sociedade brasileira.

Entretanto, abrir a porta e as janelas da sala de aula para essa questão implica que nós, educadores/as, estejamos cientes da necessidade de assumir com muita disposição compromissos que extrapolam a questão pedagógica. Você concorda?

Isso porque, afinal, quando falamos em trazer os quilombos para dentro da escola, não nos referimos àquela história meramente informativa, composta exclusivamente por datas e personagens. Pelo contrário...



É importante a escola contar(...) Porque a crianças hoje nasce, não sabe de onde veio, da luta que a gente vem tendo. Porque nós viemos numa luta(...) Então as crianças têm o direito de , ouvir, ficar sabendo(...) eles tem o direito de pegar num livro, ler e dizer assim: Tá vendo como é que o tempo passado era?"

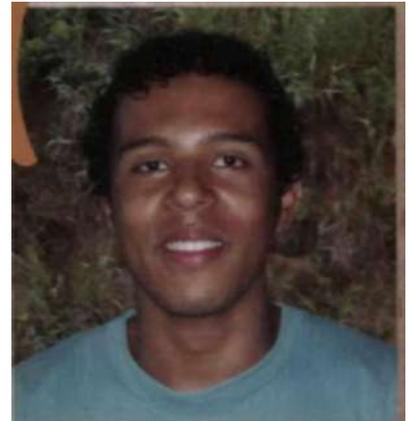
Antônio da Silva Fernandes. Comunidade Botafogo - Cabo Frio

resgate e da inclusão

Então, do que falamos? Ora, referimo-nos a uma visão problematizadora da história. Aquela social, econômica e politicamente influenciada pelo passado, ao mesmo tempo em que, influenciadora do presente, escreve o que acontecerá no futuro. E, assim, fruto de um trabalho comprometido deve ser tudo aquilo que se relaciona aos demais episódios não-oficiais de nossa história.

Dessa forma, a opção que aqui defendemos exigirá de nós, educadores/as, um estreito relacionamento com o resgate da cultura e da fala - do homem, da mulher, da criança e do jovem popular - por tantos anos silenciadas.

Por tudo isso, quilombo é um desses temas que, pertinente à escola brasileira, não se restringe, em importância, apenas aos afro-descendentes. Da mesma forma como, também, não interessa unicamente aos cerca de 50 mil alunos/as que, segundo dados do último Censo Escolar divulgado em 2004, pelo INEP, estão matriculados em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos espalhadas pelo Brasil.



"Eu faço o segundo ano do ensino médio (...) Eu nunca estudei isso na escola (...) O que eu sei é o que meu pai me falava (...)

*Emerson Luiz Ramos
Quilombo de Santa Rita do Bracui.*



"A escola lida de forma muito superficial e assim, porque foi uma briga da comunidade, para isso começar a entrar na escola. Hoje a escola já lida com o assunto, conta a história do surgimento da comunidade, assim, num determinado período do ano. No dia 13 de maio fala alguma coisa e no dia 20 de novembro fala mais alguma coisa. Essa é a coisa da escola brasileira, essas duas datas não podem ser esquecidas. Mas eu acho assim, que a escola deveria buscar muito mais essas informações e tratar muito mais a sério isso, em nível de currículo escolar.

Ronaldo dos Santos - Presidente da Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ) e morador do quilombo de Campinho da Independência

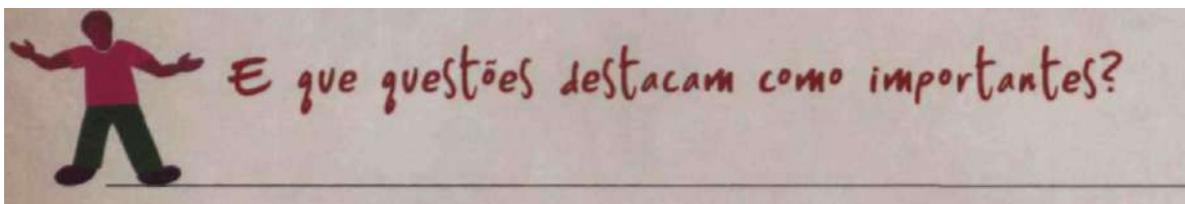
“Com quilombo na cabeça e
uma prática na mão...”

Por tudo o que conversamos anteriormente - e também como resultado de sua experiência - podemos afirmar, sem sombra de dúvida, ser grande a responsabilidade daqueles/as que, Brasil afora, investem na construção de uma prática pedagógica comprometida com os interesses das classes populares.

Mas, e no seu caso, professor/a? Que questões são específicas da realidade onde atua?

Quais implicações e possibilidades - de construção dessa pedagogia do resgate e da inclusão - apresenta uma escola como a sua, inserida em área de quilombo, ou então, que atende a crianças e jovens quilombolas?

Com certeza, você e seus/as colegas têm discutido sobre isso.



Bem, nesse processo de reflexão - como sabemos longo e complexo - é preciso estar atentos/as ao fato de que falar de quilombos na escola é mais do que apenas isso.

Na verdade, assim agindo como educadores/as, configuramos uma ação que, na maioria das vezes, implicará um resgate que não apenas histórico, será também, de auto-estima das crianças, jovens, homens e mulheres quilombolas. Concorda com isso?

E olha que ao afirmarmos isso, mais uma vez frisamos não desconhecer o trabalho de conscientização que vem sendo feito por educadores/as, lideranças quilombolas e diferentes segmentos do Movimento Negro.

Entretanto é preciso não esquecer que são 500 anos de descaso, de escrita e inculcação de uma história oficial excludente.

Além disso, o tratamento difuso dado à questão, seja por desconhecimento histórico dos/as educadores ou pelo próprio desinteresse da sociedade, acaba por colaborar, de maneira pouco produtiva, no trato pedagógico da escola, no que se refere ao resgate da importância dos quilombos e seus descendentes na construção do país.

Entretanto "navegar é preciso"! Assim, reconhecer que não existem soluções mágicas e que o desafio não se encontra restrito a determinado grupo ou comunidade, mas a toda a sociedade brasileira já é, sem dúvida, um excelente passo. Afinal, apenas a soma de esforços resultará em ações conjuntas e articuladas na escola e fora dela, permitindo recontar a história do Brasil escrita nas senzalas, nas ruas e nos espaços de resistência cultural e humana que, ontem e hoje, caracterizam os quilombos.

Por tudo isso, que tal pensarmos juntos/as, agora, algumas possibilidades para trabalhar com o tema em sala de aula?

Mas antes, é preciso falar que não conseguiremos aqui - e nem temos essa pretensão - esgotar todas as possibilidades de trabalho. É isso mesmo! Afinal, cada realidade é única e você, professor/a, é quem fará as transformações e adaptações que julgar necessárias.



"(...) Tinha constrangimento de dizer que era descendente de africano(...) É porque falavam que era um pessoal muito sofrido, que era um pessoal que era escravizado, e que o pessoal era muito pobre, era negro, e muitos não queriam ter essa descendência, se escondia (...) Hoje que veio, reconheceram que isso era um quilombo (...) quando eu falo assim remanescentes, muitos falam (...) O que é remanescente? O que é quilombola? (..) Então agora que a gente está começando a levar para eles, pra dizer a história, como era (...) um povo que deixou a descendência aqui (...) que uns vieram de Angola (...) Ainda tem alguns que dizem: Ah! Deixa isso pra lá (...) o pessoal da África está morrendo de fome(...) nós não somos essa gente! (...) Mas nós somos! E com muito orgulho!!

*Dona Uia
Quilombo da Rasa*

Então quer dizer que o convite foi aceito?
Ótimo! Vamos lá...

1. Uma aula que não está no mapa ... ou será que está?

Nosso objetivo aqui, será identificar com a turma onde estão localizados os quilombos em sua cidade.

Para isso você pode, por exemplo, listar com os/as alunos/as os que conhecem. Para enriquecer a proposta façam um levantamento junto a pais e responsáveis, moradores/as da comunidade, órgãos públicos e instituições não-governamentais existentes em seu município. Ao final desta publicação, você encontrará algumas indicações de livros que poderão ajudá-lo/a.

Lembre-se que no estado do Rio de Janeiro, é possível fazer contato com a ACQUILERJ.

A ACQUILERJ (Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro), fundada em 03 de outubro de 2003, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de direito privado e de utilidade pública, beneficente, apartidária, representativa das comunidades remanescentes de quilombos do Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente é composta pelas sete comunidades que se constituíram sócias fundadoras: Quilombo Campinho da Independência, situado no município de Paraty; Quilombo Santa Rita do Bracuí, situado no município de Angra dos Reis; Quilombo de Santana, município de Quatis; Quilombo da Fazenda São José da Serra, município de Valença; Quilombo de Marambaia, município de Mangaratiba; Quilombo do Sacopã, município do Rio de Janeiro; e Quilombo da Rasa, município de Búzios.

Entre suas principais metas está a identificação de novas comunidades quilombolas, com sua consequente inserção no processo de organização do movimento quilombola estadual e nacional, e fortalecimento da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) órgão de representação do movimento quilombola em nível nacional. São objetivos da ACQUILERJ:

1. Lutar conjuntamente com as comunidades Quilombolas pela titulação das terras em cumprimento do artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal.
2. Realizar sistematicamente cursos de capacitação de lideranças, com efeito, multiplicador.
3. Trabalhar pelo desenvolvimento das comunidades quilombolas, levando em consideração a preservação ambiental.
4. Lutar pela preservação da Identidade Cultural das comunidades Quilombolas.
5. Atuar em cooperação com outros grupos, quilombolas ou não, em todo o território nacional.
6. Estabelecer intercâmbio, contratos e convênios com organismos públicos, privados, nacionais e estrangeiros, objetivando a consecução dos seus objetivos.
7. Desenvolver programas ou projetos e ministrar cursos de capacitação profissional.

O importante é que as atividades propostas permitam aos/as alunos/as perceber que os quilombos fazem parte de um conjunto maior: o município, o estado, a região e o país. Além disso, à medida que os alunos forem desenvolvendo os trabalhos, você terá a oportunidade de levá-los/as a refletir acerca da importância de ser um/a quilombola, descendente dos muitos homens e mulheres que, com seu trabalho, escreveram a história do Brasil.

E, considerando a realidade e faixa etária de sua turma, como você já sabe professor/a, poderá desdobrar o material conseguido de diversas maneiras. Vamos pensar em algumas possibilidades...

Os cartazes montados pela turma podem ter desenhos e, se possível, fotos das localidades. Além disso, uma boa oportunidade seria criar com os alunos mapas, croquis e maquetes, que reproduzam a área onde se encontram o(s) quilombo(s).

É importante considerar que, em função de uma compreensão multidisciplinar do fazer pedagógico, à medida que o trabalho vai se desenrolando, os conteúdos de português, matemática, ciências e estudos da sociedade vão acontecendo, não é verdade? Ou seja, abordar os quilombos não ocorrerá de maneira isolada. Como exemplo, podemos citar, dentre outros, a atividade de confecção dos mapas. Aqui, considerando a série de seus alunos, podemos imaginar que a geografia se fará presente através dos pontos cardeais, dos rios e montanhas. Já a matemática estará representada na escala do desenho e na distância entre os pontos representados.

Para a apresentação dos trabalhos, você e seus/as colegas podem organizar uma exposição na escola, aberta aos pais e responsáveis. Ou, ainda, uma apresentação entre as turmas. O que lhe parece?

O importante é ter a compreensão de que as atividades não se encerram com as apresentações. Na verdade, elas são parte de um trabalho maior, articulado com o objetivo de propiciar aos alunos a reconstrução dessa história - ainda não-oficial - do Brasil.

Agora a palavra - e a escrita - são suas...

1. Avaliação da atividade proposta:

2. Adaptações necessárias para utilização em minha turma:

3. Outras possibilidades de trabalho com o tema:



Mapas
Um dos meios para se representar a realidade de forma reduzida. Sua leitura e interpretação, implica o reconhecimento de símbolos e legendas, identificando-as com realidades apresentadas.

Croqui
Representação de uma área, através do desenho de seus diferentes elementos. Pode ser feito no quadro, caderno do/a aluno/a, folhas soltas, etc.

Maquete
Para realizá-la, prepara-se um grude (farinha de trigo cozida com água) e misture-o com pedaços de jornal picado ou serragem. O jornal precisa ficar de um dia para o outro de molho na água e, antes de ser picado, deve ser torcido, para que se retire o excesso de água. Depois, em cima de uma base, que pode ser, por exemplo, uma madeira, molda-se a figura desejada. Então é só esperar secar. Se preferir, use argila como massa.



"Aqui era uma fazenda. Quando foi extinta a escravatura os escravos permaneceram e depois foi dividida as casas e ficando seus descendentes".

*André Sacramento
Quilombo da Fazenda Machadinha*



"Minha mãe e meu tio diziam que eles é que traziam a Maria Isabel de lá de cima da Fazenda de Santana, porque naquele tempo não tinha carro, não tinha nada (...)"

*Dona Maria de Lourdes de Almeida
Quilombo de Santana.*

2. Palavra de Quilombola...

Agora nosso objetivo será conhecer a história de cada comunidade, relacionando-as ao trabalho anteriormente realizado. Para isso, nosso ponto de partida pode ser ouvir dos/as alunos/as o que conhecem a respeito da história do quilombo onde moram. O que acha?

Para facilitar, você pode lançar ao grupo algumas questões e com as respostas organizar, por exemplo, textos, cartazes e desenhos.

Isso feito seria o momento de despertar na turma o interesse em conhecer melhor toda essa história. O que os/as alunos pensariam da proposta de conversar com alguns moradores e organizar um livro - o Livro da Turma - escrito por eles/as mesmos?

Diante do interesse da classe e a partir do contato realizado pela escola com algumas lideranças quilombolas, duas opções podem ser apresentadas. A primeira, de convidar moradores/as, principalmente os mais antigos, para que venham até a sala ser entrevistados pelos/as alunos/as. A segunda, de acordo com as possibilidades, levar a turma até eles. A conversa aconteceria em um dos espaços da comunidade.

Bem, diante disso e sempre considerando o interesse e a faixa etária de seus alunos, queremos pensar com você algumas formas de organizar essa entrevista. Reflita sobre o que propomos:

- a) identificar com os/as alunos/as os objetivos da atividade;
- b) criar com a turma o roteiro da entrevista, decidindo quem fará cada pergunta;
- c) identificar os recursos disponíveis (gravador, máquina de retrato, papel, lápis/caneta, etc);
- d) desenvolver com os/as alunos/as o convite que será encaminhado pela escola aos quilombolas.

3. Quem tem boca vai ... ao Quilombo! Criando com a turma um roteiro da entrevista...

Para início de conversa, é preciso ter certeza de que o objetivo da atividade está bem compreendido pelo grupo. Afinal, o "bate-papo" não se encerrará nele mesmo. Pelo contrário, será dele que vocês irão recolher as informações que, somadas ao que os/as alunos/as já conhecem sobre a própria comunidade, ajudarão a traçar o perfil do quilombo.

Portanto, é importante oportunizar aos entrevistados, falar não apenas de um, mas de vários aspectos.

Para facilitar a definição das questões, algumas perguntas podem ser apresentadas aos alunos/as.

Por exemplo:

- O que pretendemos com essa conversa?
- Que histórias da comunidade vocês já conhecem?

Organizar com o grupo alguns blocos temáticos também pode ser uma das maneiras de tornar as entrevistas mais objetivas.



O que lhe parece?

- História do surgimento do quilombo
- Origem do nome
- Moradores mais antigos
- Tradições; "festas", "tipos de música", roupas, remédios caseiros, etc.
- Lendas
- Alimentação típica
- Danças e músicas
- Religiões
- Papel do homem e da mulher; significado da família
- Transformações vividas pela comunidade ao longo dos tempos
- Outros temas que você julgar interessantes

Bem, com tudo acertado, é hora de meter a "mão na massa".
Lá vamos nós...

4. Coisa de criança...



Professor/a, tendo como exemplo o trecho ao lado, que questões seria possível explorar com os alunos? Vejamos algumas possibilidades:

- Identificar os brinquedos e brincadeiras dos/as quilombolas mais antigos/as. E atualmente? de que brincam seus/as alunos/as?
- Criar com os/as alunos/as alguns dos brinquedos da época, como carrinhos, bonecas e jogos. Depois vocês podem, inclusive, organizar uma exposição na própria escola ou na comunidade.
- Listar o nome de algumas brincadeiras antigas que perduram até hoje.
- E os familiares dos/as alunos/as? Como foram suas infâncias?
- Quantas são as crianças e jovens do/s quilombo/s? Quantos/as estão fora da escola?
- Crianças e jovens do/s quilombo/s trabalham? O que fazem?
- Qual a situação do trabalho infantil em seu município?
- Que instrumentos legais existem para regularizar a situação de jovens que precisam trabalhar?
- Os/as alunos conhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente?
- Pesquisar com a turma, alguns índices, como os disponibilizados pelo IBGE, revistas e jornais, caracterizando a situação de crianças e jovens negros/as no país. Esse levantamento, considerando a faixa etária de sua turma, pode ser explorado ano a ano, ou pelo conjunto de décadas...

"Eu não tive brincadeira. Não tive infância. Na minha época não existia infância. Eu com 9 anos de idade, comecei a me revoltar por causa do trabalho. Não tive a felicidade de ir para a escola(...) De manhã a gente levantava e ia para a roça(...) Só sobrava uma em casa para fazer a comida e tomar conta das crianças, um rodízio. Eu fui sempre na enxada.

*Rosa Geralda Silveira
Quilombo Caveiras/Botafogo*



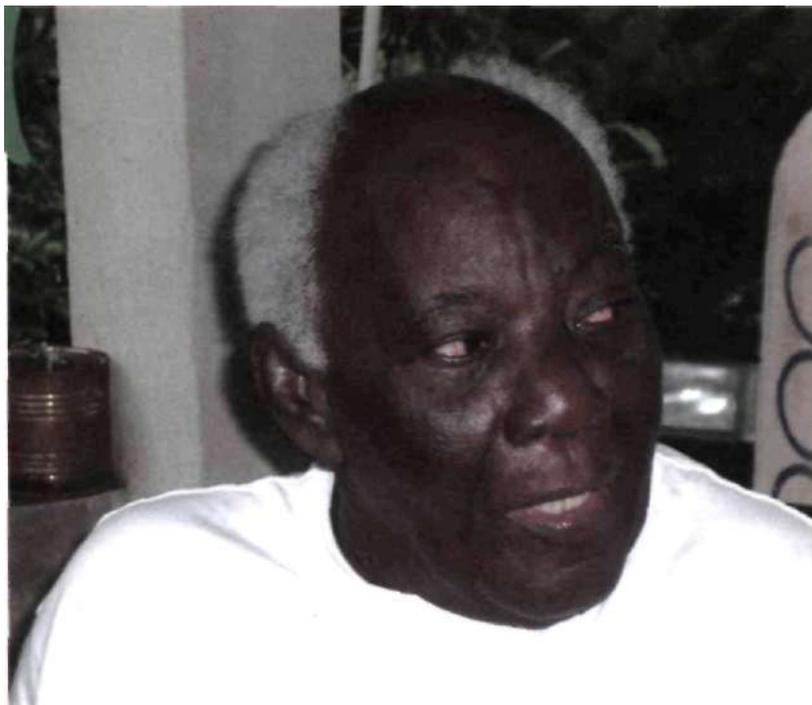
"Brincava muito de bola, de esconder, de carrinho, fazia os carrinhos com batoera (...) aquela parte do meio do milho. Aí pegava, botava uma cordinha assim no meio (...) amarrava uma rodinha de cuité (...) que parece ^ maracujá (...) e saía puxando o carrinho (...).

*Erotilde de Azevedo, 81 anos
Quilombo Machadinha.*



"A gente não brincava não. Nem de roda. A única coisa que a gente fazia é que quando chegava a quarta - feira de cinzas, logo depois do carnaval, juntavam a criançada e ia todo mundo rezar para as almas. A gente saía daquela ^ casa lá, hoje não tem mais casa nenhuma, mas ali morava ^ todo mundo, um perto do outro(...)

Maria de Lourdes de Almeida - Dona Dinda -, 78 anos, nascida no Quilombo de Santana.



"Às vezes a gente brincava de maia (...) a gente botava um pedacinho de pau na distância de uns 50 metros (...) e a gente pega a pedra e joga. Se quebrar, faz 10 pontos, se derruba o pinozinho, vale 5 pontos. Brincava de gangorra. A gente usava muito a baobeira, porque é oca por dentro. Então fazia um buraco, fincava um pau e rodava. Mas com doze anos a gente já tinha que trabalhar".

*Manoel Moraes da Silva - 76 anos
Quilombo Santa Rita do Bracuí*

O que achou das sugestões apresentadas?

No que mais pensou?

5. O Amor podia ser lindo.
Mas era, também, muito difícil...

E aqui? A partir dos exemplos, o que trabalhar em sala?
Algumas ideias...

- Explorar os depoimentos que os/as alunos tenham conseguido, de seus familiares, no que se relaciona a namoro e casamento.
- Criar com a turma uma dramatização, que mostre as diferentes formas de namoro ao longo dos tempos.
- Sempre considerando a faixa etária de seu grupo professor, abordar com os alunos aspectos relacionados à sexualidade.
- Meninos e meninas são tratados igualmente pelos pais e responsáveis, quando o assunto é namoro?
- Dona Eva destaca que, aos 20 anos, uma moça já era considerada velha para se casar. O que seus/as alunos pensam sobre isso?
- Qual a média de idade, em que as meninas do quilombo se casam?
- Pais e responsáveis encaram, sem problemas, o namoro de filhos e/ou filhas com pessoas de outra etnia? Há algum tipo de preconceito? O que a turma pensa sobre isso?
- Existem casos de violência doméstica contra mulheres no quilombo? Que instituições, em seu município, oferecem algum tipo de apoio à mulher?



"A gente ia no baile (...) dançava até com sol quente e depois ia pra casa, mas todo mundo tinha respeito. Quando a gente saía para a festa em Búzios, nós íamos a pé, a gente passava pela praia, mas tinha uma mulher mais velha, uma matrona, que tomava conta da gente. A gente não namorava não. No baile só dançava. Quando acabava o baile, ela colava a gente na frente e trazia pra casa. Tinha muito respeito. As moças, de primeiro, casava com tudo. Casava velha, umas com 20 outras com 30 anos, mas casava. Eu casei com 16 (...)

*Eva Maria de Oliveira - 94 anos
Quilombo da Rasa*





"Pra namorar? Ah, era muito difícil! Antigamente o regime era outro. A casa era de estuque e sempre as paredes eram furadas. E quem tinha uma namorada lá dentro dava graças a Deus quando ela passava. Porque a gente via ela (...) Tem hora que a gente até fica avexado de ver o namoro de hoje (...)

*José AdRlano da Silva - 83 anos
Quilombo Santa Rita do Bracui*

"Namoro e casamento foi muito difícil. Já foi bem depois da gente bem adulta que começou o namoro, porque meu pai dizia que filha não podia namorar dois rapazes. Ela tinha que casar com o primeiro que namorasse. O pai ficava de olho (...)"

*Rosa Gemida Silveira - 76 anos
Quilombo Caveiras/Botafogo*



"Naquele tempo o cidadão que era o pai queria ficar colado, do lado da moça. Aquele namoro, a saia aqui pra não mostrar o joelho, senão ia ver se o mocotó estava grosso.

*Antônio da Silva Fernandes - 71 anos
Comunidade Botafogo*

Era muito difícil namorar! Ah, naquele tempo o pai pegava uma foice, botava aqui e o cara ficava lá. Só podia olhar para ele, para a moça, não! Se olhava para dentro da casa o pau comia! (...) eu falei do buraco da parede? A moça olhava dentro do buraco e daqui o cara manjava. O cara dava uma piscadinha rapidinha, se o sogro não estivesse olhando. Hoje o cara tem direito de namorar (...)

*Manoel da Silva - 76 anos
Quilombo de Santa Rita do Bracui*



"Diz que no passado, quando um rapaz chegava na casa de um cidadão para namorar a filha, ele chamava o rapaz, ia lá na roça e cortava uma cana, e dava a parte de cima para o rapaz chupar. Se o rapaz chupasse da parte doce, o pai falava: Olha, você não perde em casar com minha filha (...).

*Noel Trindade
Comunidade Botafogo - Cabo Frio*

O que achou das sugestões apresentadas?

No que mais pensou?

6. A assombração que, assombrada, deu no pé...

Agora nosso desafio é "assombrador". O que propor ao grupo, a partir dos exemplos? Algumas ideias...

- Alguém aí na sala já viu assombração? E você, professor/a?
- O que seus/as alunos podem pesquisar, a respeito do tema, em casa, com a família?
- A que fatores os/as alunos/as atribuem a "diminuição" do aparecimento das assombrações, partindo das falas apresentadas nos exemplos?
- As histórias encontradas no quilombo podem, considerando-se a faixa etária do grupo de alunos/as, dar origem a um livro, com desenhos e/ou textos, criado pela turma.
- Além das assombrações, que outros fatores existentes na comunidade trazem temor aos alunos? E aos moradores?
- As mesmas assombrações estão presentes em todos os quilombos? Uma questão que, apresentada aos/as alunos/as, daria certamente uma rica pesquisa.
- De onde vieram essas assombrações? Algumas chegaram aqui através dos escravos, existiam em suas regiões na África. Outras, entretanto, surgiram através da mistura com as lendas que trouxeram os portugueses. E há ainda aquelas que faziam parte da cultura indígena. O que você e seus alunos podem descobrir a respeito dessa questão?
- Alguém na comunidade conhece reza ou simpatia para espantar assombração?



"Uma vez eu estava pescando nesse rio, aí eu enxerguei uma pessoa lá em cima, um garoto. Eu mostrei pro pessoal e ninguém viu (...) Aí depois ele assobiou, fiu-fiu, e ninguém escutou, só eu.

*Madalena Alves da Silva Conceição - 74 anos
Quilombo Campinho da Independência*



"Eu nunca vi nada porque não acredito Dizem que tinha por aí (...) Em feitiço eu não acredito, em macumba eu não acredito. Quem tem fé em Deus não acredita nisso.

*Joana Azevedo dos Santos - 89 anos
Quilombo de Santa Rita do Bracui*

7. O canto que conta história...

Professor/a, com os exemplos do trecho ao lado, o que explorar com os/as alunos/as? O que acha de...

- Identificar o que a turma conhece das danças e músicas de sua comunidade?
- Verificar o que os responsáveis dos/as alunos/as sabem sobre o tema.
- Debater com o grupo a origem do jongo, do fado e das demais danças e músicas existentes no quilombo.
- Trabalhar com a turma o ritmo e letras de algumas canções.
- Criar com o grupo algumas letras.
- Debater com os/as alunos/as a importância da preservação dessa e demais tradições dos quilombos.
- Ouvir com o grupo algumas fitas com músicas de jongo, debatendo o conteúdo das letras.
- Listar, com o auxílio dos/as alunos/as, os homens, as mulheres, jovens e crianças da comunidade, que dançam o jongo, o fado ou a folia de reis.
- Relacionar os tipos de instrumentos utilizados no jongo. Será que todos têm a mesma importância na execução da música?
- Criar com os alunos/as alguns dos instrumentos tradicionais.
- Mapear os espaços existentes no Quilombo, onde crianças e jovens podem aprender as canções e as danças.
- Encerrar o trabalho, por exemplo, com textos e desenhos que serão incorporados ao livro que vem sendo montado pela turma.



"Joana dos Santos é moradora da comunidade e também dançadora de jongo. É mãe da Amanda, de 9 anos, que também dança jongo (...). A Francisca da Silva Ferreira, que é funcionária da escola, é dançadora de fado.

Maria Josefa de Souza Pessanha. Diretora da Escola Fazenda Machadinho.

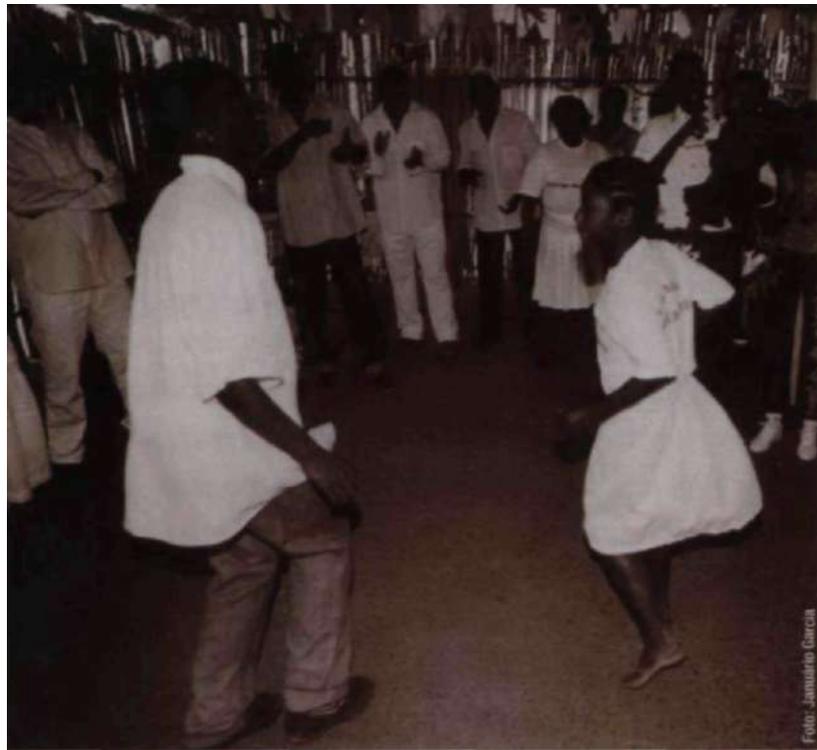
"Aqui mesmo, meus netos todos dançam. É homem, mulher. A gente está tentando ver se o jongo continua. Eu acho que vai voltar outra vez. É importante (...)".

*Clotilde da Silva – 66 anos
Quilombo Santa Rita do Bracuí*



"A gente se juntava, fazia fogueira e cantava em volta da fogueira, aquele bando de negro preto. Eu era bem criança. Aquelas espadas de fogo, elas tinham um negócio, um tambor, aí botava um negócio de bambu, aí puxava aquilo (...) a gente apreciava eles dançarem. Parecia dia de lansã. E minha avó dançava, meu bisavô. Eles dançavam muito, homem e mulher (...) era o jongo, rede de boi (...) Rede de boi (...) fazia um lugar que a pessoa ia entrar, aí colocava uma cabeça de boi, vestia aquilo tudo de chita, de coberta de chita (...) aí o homem entrava ali dentro pra dançar (...) dava barroada na gente, botava pra praia (...)".

*Eva Maria de Oliveira - 94 anos
Quilombo da Rasa*



"Olha, o que a gente guarda é lembrança de nossos avós, conforme está seu Antônio aqui, que conheceu as histórias do quilombo, carnaval da comunidade e que saía muito naquele boizinho. Fazia o boizinho e dava cabeçada em mim, dava cabeçada em outro (...)".

*Noel Trindade
Comunidade Botafogo/Cabo Frio*

"Naquela época a gente acompanhava os pais da gente e sempre brincava no jongo. Tinha os estilos dos tambores, e por aí embolava o coro do bicho que fazia tambor. Matava os bichos do mato para comer e de alguns aproveitava o coro para corar o tambor. E então por aí eles faziam o jongo".

*José Adriano da Silva - 83 anos
Quilombo Santa Rita do Bracui*

O jongo ou caxambu é um ritmo cujas matizes vieram da região africana do Congo-Angola para o Brasil-Colônia com os negros de origem banto, trazidos como escravos para o trabalho forçado nas fazendas de café do Vale do Rio Paraíba, interior dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

Jongo do Quilombo São José - 2004

O que achou das sugestões apresentadas?

No que mais pensou?

8. Algumas letras para você trabalhar com o grupo...

Quilombo da Rasa

Lá no cruzeiro tem um boi que sabe ler...

Ou bota corda nele...

Traz aqui que eu quero ver...

Oi bota corda nele...

Traz aqui que eu quero ver...

Tava dormindo

Cadungueiro me chamou

Tava dormindo

Cadungueiro me chamou

Levanta e se apronta

Cativeiro já acabou



Caveiras/Botafogo

Licença que eu já ia me retirar

Deixa aí a lembrança que eu torno a voltar...

Santa Rita do Bracuí

Eh, tremeu, o meu corpo tremeu

E o sapo pisou no meu rastro e o meu corpo tremeu...

Lenço branco secado de avesso

Quando eu for embora

Deixo o lenço pra você

Ah ê, ah ê

Quando eu for embora deixo o lenço pra você

Quilombo da Fazenda Machadinha

Mamãe eu tenho pena

Mamãe eu tenho dó

Mamãe eu tenho pena

Mamãe eu tenho dó

De ver o galo preto

Ô ô perder pro carijó

De ver o galo preto

Ô ô perder pro carijó...

O que achou das sugestões apresentadas?

No que mais pensou?

9. Rezas, mandingas, simpatias e tradições...



"No momento que os médicos falam qual é a doença eu rezo. Mau olhado eu rezo assim: Leva o mal que tu trouxe. Deus benza essa pessoa, conforme seja o nome que eu vou perguntar, né? Com a santíssima cruz benzo o mau-olhado, o feitiço, a macumba, de inveja de todo mal que está naquela pessoa. Tu é o céu, escurraça o demônio, desembaraça, em nome do pai, do filho e do espírito santo e Deus, que ele é o pai".

*Madalena Alves da Silva Conceição - 74 anos
Quilombo Campinho da Independência*

Tinha uma mulher que rezava cobreiro, ai ela rezava:

Cobreiro, cobreirão
Lagarto, lagartão
Preto como carvão
Pronto está rezado
Agora fica bom!

*Dona Dia
Quilombo da Rasa*

Algumas ideias...

- Você, professor/a, acredita em simpatia? E seus/as alunos?
- E os familiares dos alunos? O que disseram a respeito do que estamos trabalhando?
- Alguém aí na sala já foi "rezado"? Conhece quem tenha sido? Qual o motivo?
- Quais as pessoas - homens e mulheres-, da comunidade, que são rezadeiras/os?
- Apenas as rezas são suficientes para curar doenças? A turma acha importante que também se consulte um/a médico/a?
- Que papel tinham as rezas antigamente? Será que se configuravam como opção única aos quilombolas?
- E hoje? Como é o acesso aos serviços de saúde? Quais estão disponíveis à comunidade?
- Quais as simpatias mais comuns no Quilombo?
- Todas as religiões acreditam na força e no poder das simpatias? O que os alunos sabem e pensam sobre isso?



" Em espinhela caída eu acredito e levanto ela. Se eu sei rezar? Sei! É coisa de muita palavra, não é de pouca não. A pessoa mede, viu? Mede daqui até aqui, do dedo mindinho até o cotovelo. Tem que ter a mesma medida do ombro. E, se justamente essa medida passou, a espinhela está caída. Diz assim:
Deus nasceu. Deus cresceu, Deus sofreu , Deus morreu e Deus ressuscitou.
Espinhela caída, chega no seu altar, assim como Jesus Cristo chegou no seu altar".

*Joana Azevedo dos Santos
Bracuí*

O que achou das sugestões apresentadas?

No que mais pensou?

10. Ervas e chás para todos os males do corpo e da alma

E agora, professor/a? O que os exemplos apresentados lhe sugerem? Algumas possibilidades...

- O que seus/as alunos conseguiram levantar, sobre o tema, com a família?
- Quais são os chás mais conhecidos aí na sala, pela turma?
- E você, professor/a? O que conhece?
- Organizar um quadro, com as doenças e os diferentes chás utilizados.
- Identificar as ervas mais comuns no quilombo.
- Como os chás mais utilizados pela comunidade, foram passando de geração em geração, ao longo dos tempos? Que outras tradições têm sido passadas oralmente?
- Quais as ervas consideradas perigosas para uso humano, existentes na comunidade?



11. Bota água no pirão que chegou mais um...

Desafio "apetitoso", professor/a, trabalhar com a turma a partir dos exemplos apresentados. Vamos lá?

- Quais as comidas tradicionais da comunidade? Lembre-se de que a pesquisa feita em casa, pelos/as alunos/as, pode enriquecer bastante a discussão.
- No cotidiano, como se alimentam seus/as alunos? Será que estão se alimentando corretamente?
- Quem cozinha na casa dos/as alunos: pai, mãe, avó...?
- Cozinha é coisa só de mulher? O que pensam os alunos a respeito disso?
- Como se alimentavam os quilombolas antigamente? E hoje? Que mudanças podem ser identificadas?
- Há alguma família, no quilombo, que venha enfrentando dificuldades para se alimentar? Em caso positivo, o que os/as alunos/as pensam que pode ser feito?
- Quais os vegetais e legumes mais produzidos pela comunidade?
- As técnicas de plantio são herança dos/as ancestrais?
- Existem simpatias que, usadas pela comunidade, trariam "boa sorte" ao plantio?
- Homens e mulheres trabalham igualmente na plantação?
- Listar os pratos típicos da comunidade, descrevendo os ingredientes e forma de preparo. Mais uma contribuição da turma, para o livro que vem sendo escrito em conjunto
- Quanto cada família, gasta mensalmente, com alimentação? O que isso representa no orçamento doméstico?
- Que tal preparar com o s/as alunos/as algumas das receitas típicas da comunidade? Aliás, mais um capítulo para o livro da turma, não é mesmo? Receitas tradicionais...
- Maria Adelaide de Martins, fala que os/as quilombolas tinham a preocupação de sempre plantar para ter. O que a turma pensa sobre isso?



"A comida típica aqui é grumusan, um bolinho de sassá, um peixe."

*Erotilde de Azevedo - 81 anos
Quilombo da Fazenda Machadinha*

"Era o biju e o quibombô, como os escravos chamavam o quiabo. Era a mistura do quiabo com outras verduras (...)"

*Rosa Geralda Silveira
Quilombo da Caveiras/Botafogo.*

"A comida típica aqui é porco. Feito só no caldo. Pega o caldo, cozinha a carne, bota a farinha de mandioca e vai..."

*Olga Maria de Jesus Moreira - 51 anos
Quilombo de Santana*



"Eu também socava (...) pegava o milho, botava no pilão e socava, socava. Ficava aquela farinha e depois fazia angu pra gente comer. A gente adorava. Receita da minha avó, da minha bisavó."

*Zimar Gonçalves Faria
Quilombo da Rasa*

"Comia o que os mais velhos diziam que era bom pra gente comer. Era carne, peixe, palmito (...) O que aparecia a gente ia comendo. Cortava um palmito ali, um cachinho de banana aqui e continuava a plantar, pra gente sempre ter."

*Maria Adelaide Martins - 82 anos
Quilombo do Campinho da Independência*



O que achou das sugestões apresentadas?

No que mais pensou?

12. Quilombo de todos os santos e santas... Será?

- Quais as religiões de origem africana, praticadas, antigamente, no quilombo? Que origem tiveram?
- Você já ouviu falar professor/a da tradicional missa realizada mensalmente no Quilombo São José? E seus alunos/as?
- Quantas dessas religiões sobrevivem até hoje na comunidade?
- Quais os espaços existentes atualmente no quilombo, para a prática de religiões africanas?
- Quais os homens e mulheres que lideram a prática dessas religiões? Em geral são as mulheres que se destacam, em número, na prática religiosa. Isso se confirma na sua comunidade? Qual seria o motivo?
- Quais as outras religiões presentes no quilombo?
- Como convivem as diferentes crenças ?
- Organizar um quadro com as religiões dos familiares e dos/as alunos.



"O africano caía mais pro lado do candomblé. Já a religião da igreja é mais da paz de Cristo. Antigamente existia casa de terreiro de umbanda. Hoje está tendo mais é igreja. Igreja abrindo uma atrás da outra."

Noel Trindade
Comunidade Botafogo/Cabo Frio

"Terreiro mesmo não tem não. Tem assim, eles trabalham em casa. (...) Foi acabando um pouco pelo espaço e outros discriminam este culto. Muitas vezes a pessoa vai e tem vergonha de dizer que frequenta esse culto. Aqui tem igreja católica. Igreja evangélica na comunidade não tem nenhuma, não. Os adeptos de outras religiões vão fora da comunidade."

André Luis do Sacramento
Quilombo Machadinha

"Então você batiza o filho na igreja católica, assiste missa e depois vai para o terreiro de macumba. Porque aqui já houve dois terreiros. Um terreiro de candomblé, lá nas Carneiras e já houve, me parece, um terreiro aqui perto da Dona Santa (...) Eu acho que a gente não tem conhecimento da religião afro, porque ela veio pra cá e foi aviltada, distorcida. Então a gente ainda tem muito que pesquisar, muito que compreender (...)"

Laura Maria dos Santos
Quilombo Campinho da Independência



"Quando eu me entendi, não tinha uma religião, só tinha uma igreja que quatro ou cinco famílias frequentavam. O resto era tudo macumba (...) Curimba é aquela dança e centro de mesa é aquele que ficava ali, na mesa e recebia os espíritos. Centro de curimba era aquele que dançava, invocava os espíritos, batia, tinha terreiro, dançava. Esse eu ainda conheci, mas agora não existe mais (...)"



"Essa é católica. Tem outras igrejas aqui. Temos duas evangélicas e outras lá em baixo. Candomblé, umbanda, macumba e terreiro não tem não. Desde que eu me conheço nunca teve essa cultura de umbanda aqui na comunidade."

*João Luiz Ramos
Diretor de Finanças da ACOUILERJ
e morador do quilombo de Bracuí*



O que achou das sugestões apresentadas?

No que mais pensou?

13. Cegonhas e "cegonhos". Enchendo os berços nos Quilombos...

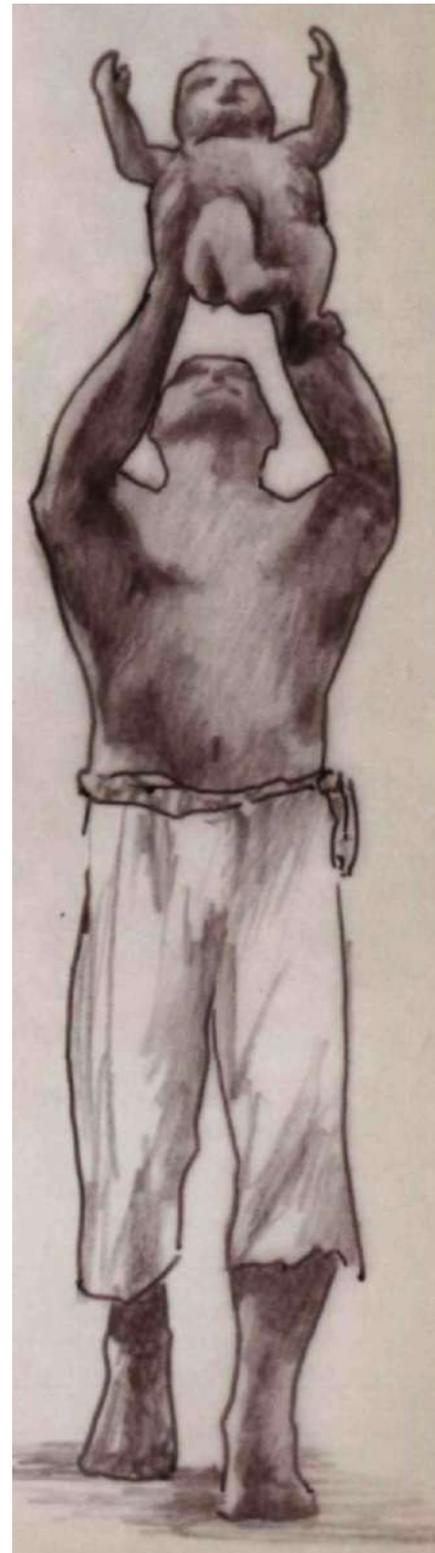
E agora, professor/a? Quais as ideias para trabalhar esse tema?

- Montar com os/as alunos a árvore genealógica da família, identificar a origem de seus ancestrais.
- Caracterizar as relações de parentesco existente entre os/as alunos/as.
- Resgatar informações sobre a história do quilombo, a partir de documentos (certidão de nascimento/casamento/batizado/ identidade...) dos/as moradores/as mais antigos/as.
- Identificar os familiares dos/a alunos/as e moradores da comunidade que tenham nascido com auxílio de parteira/o.
- Entrevistar, se possível, uma dessas parteiras, registrando histórias da época em que atuavam.
- Registrar as ervas, simpatias, rezas e alimentação especial que as parteiras utilizavam com as mulheres após o parto.
- Mapear a média de idade, com que as mulheres do quilombo têm o primeiro/a filho/a.
- Verificar que tipo de acompanhamento médico recebem as mulheres grávidas.
- "Lua luar. Toma essa criança e me ajuda a criar(...)". Em alguns quilombos, era comum que o pai, após o nascimento da criança, o/a apresentasse à lua, repetindo um costume vindo das terras africanas. Há algum costume parecido no Quilombo?
- Identificar as expectativas que os/as alunos/as, crianças e jovens, têm em relação a seus próprios futuros e daqueles que hoje nascem no Quilombo.
- Registrar, a partir da fala dos/as alunos/as, se meninos e meninas são criados de maneira diferente, em relação a direitos e deveres.



(...) Eu nasci de parteira (...) Olha, eu fiz parto nesse Bracuí por 45 anos (...) Nunca morreu uma mulher de parto comigo (...) Mais de 100 crianças nasceram na minha mão (...) Eles me chamam de dinda (...)."

Joana Azevedo dos Santos
Santa Rita do Bracuí





"Eu já fiz 10 partos (...). Com as parteiras, eu fui olhando, aprendendo (...). Hoje, se alguém me procurar, eu vou (...) Tenho coragem (...)"

*Madalena Alves da Silva Conceição
Campinho da Independência*

"(...) Tia Tiba. Era uma velha que tinha um cordão um cordão numa corrente do lado, com a saia arreada até no chão, e minha avó também era (...) Minha avó me ensinou até me ensinou muita coisa, esse negócio de parto. Eu fiz dois partos (...)"

*Antônio da Silva Fernandes
Comunidade Botafogo*

"(...) Até eu fui parteira (...) Aprendi a ser, a necessidade ensinou (...)"

*Rosa Geralda Silveira
Caveiras/Botafogo*



"(...) Ah, eu já trouxe umas oito crianças aqui na comunidade (...) Aprendi com minha avó (...) A ciência é que a gente tem que ter paciência pra lutar, pra poder, a criança vem, a gente tá sabendo como é que vem. É isso aí (...)"

*Maria da Conceição Nascimento Ribeiro
Machadinha*



O que achou das sugestões apresentadas?

No que mais pensou?

14. Como se lê o quilombo hoje...

A partir de todas as informações anteriormente trabalhadas, vocês podem estabelecer um quadro comparativo da situação dos/as quilombolas ontem e hoje. Observem...

- Resgatar as lutas que vêm sendo travadas, pelas mulheres quilombolas, ao longo dos tempos.
- Verificar como se encontra o processo aberto pela comunidade, junto à SEPRIR, ao INCRA e a Fundação Palmares, no que se relaciona a titulação da terra.
- Relacionar os serviços públicos municipais, estaduais e federais que atendem à comunidade.
- Identificar as ações desenvolvidas pelos quilombos do estado, no sentido de preservação de sua história e cultura.
- Registrar a existência - e atuação - de Associação de Moradores na Comunidade.
- Analisar as iniciativas da escola, visando o fortalecimento e resgate da importância dos quilombos para a história passada e presente do Brasil.



"Em relação aos Quilombos de hoje, tenho duas questões a destacar. A primeira relaciona-se ao aspecto da degradação

- conflito de terras, problemas sociais. A verdade é que os problemas chamados urbanos chegaram aos Quilombos.

A entrada do modelo capitalista nas comunidades!

A outra questão relaciona-se ao aspecto positivo (...) as comunidades estão se organizando e reorganizando politicamente, repensando a estratégia de luta, criando redes de comunidades, somando ações, atuando em conjunto para a solução de problemas.

A ACQUILERJ é um exemplo disso! Assim como outras organizações existentes pelos estados do Brasil, como a CONAQ

- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

- um movimento nosso que vem se desenvolvendo há 10 anos. Agora em 2005, faremos uma assembleia nacional para institucionalizá-la.

Poucas pessoas conhecem a existência dos Quilombos (...).

É esse material, o livro Quilombos

- espaço de resistência de homens e mulheres negros/as -, vai nos ajudar a fazer com que educadores/as e alunos/as possam fazer uma leitura do que é um Quilombo, do que representa ser um/a quilombola (...). O movimento negro quilombola tem pressionado o Governo e a sociedade para criação de políticas públicas que atendem a esse segmento e graças a isso temos conseguido a aprovação de algumas leis, temos colocado a questão negra e dos Quilombos no centro da sociedade!"

Ronaldo dos Santos

Presidente da ACQUILERJ e Quilombola do Campinho da Independência

Uma palavra final, mas só
para começar

É professor/a, a publicação chegou ao fim, mas, seu trabalho não! Esse continua com toda força.

Muito há ainda, como sabemos, no que se relaciona aos quilombos, para refletir, (re) construir e, sobretudo, aprender. Reescrever esse importante capítulo de nossa história é um dos desafios que se apresenta à escola.

Abrir as portas e janelas das salas de aula, permitindo que "os causos" e tradições quilombolas entrem e "se ajeitem" confortavelmente no conteúdo escolar, é nossa contribuição por uma educação que permita às crianças, jovens, homens e mulheres populares tornarem-se atores de sua própria história e por consequência, também da história do país.

Resgatar, em parceria com os/as alunos/as tradições de suas comunidades é romper com a educação que domestica, que propicia uma visão mecanicista e determinista de mundo. É nisso que, também como você, acreditamos: a prática pedagógica que se constitui elemento de cidadania, de valorização e de melhoria da auto-estima do indivíduo e do grupo.

Dar voz àqueles e àqueles que durante tanto tempo foram silenciados, por serem negros, por serem quilombolas, por serem invariavelmente pobres é o desafio para o qual convidamos você, professor/a, a partir da leitura desse manual.

Saber que a escola não está sozinha nessa tarefa é fundamental. Reconhecer a importância da articulação com toda a sociedade é de antemão, vital para a concretização desse objetivo.

O desafio continua. Muito há ainda para ser feito. E todos/as juntos, estamos fazendo!

Um abraço e até a próxima!

(Bibliografia

CARNEIRO, Edison. O Quilombo de Palmares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

CASADEI, Thalita de Oliveira. Os escravos na terra fluminense. Niterói: Parceria Editorial., 2000.

FONSECA JÚNIOR, Eduardo. Sambaquis & Quilombos no litoral Fluminense. Rio das Ostras: Gráfica e Policromia Iriry, 2004.

GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas-Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

———; REIS, João José. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. Companhia das Letras, 1998.

LACERDA, Carlos. O Quilombo de Manuel Congo. Lacerda Editores. Rio de Janeiro: 1998.

MATTOS, Hebe Maria. Escravidão e cidadania no Brasil monárquico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2000.

ODWYER, Eliane Cantarino (Org.). Quilombos: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

História dos Quilombos do Estado do Rio de Janeiro - Fundação Cultural Palmares.

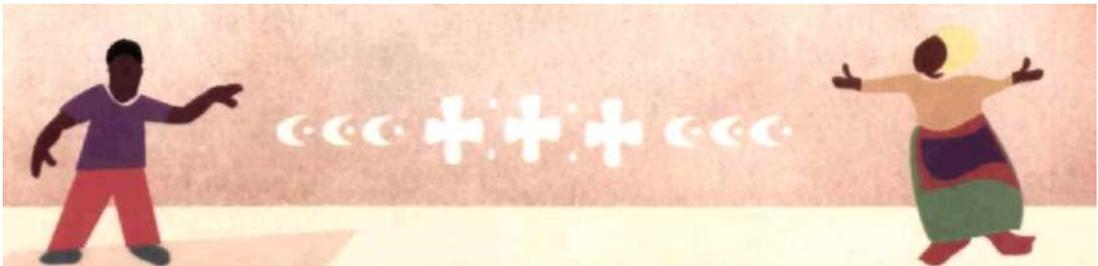
Jongo do Quilombo São José - 2004. Associação Brasil Mestiço.

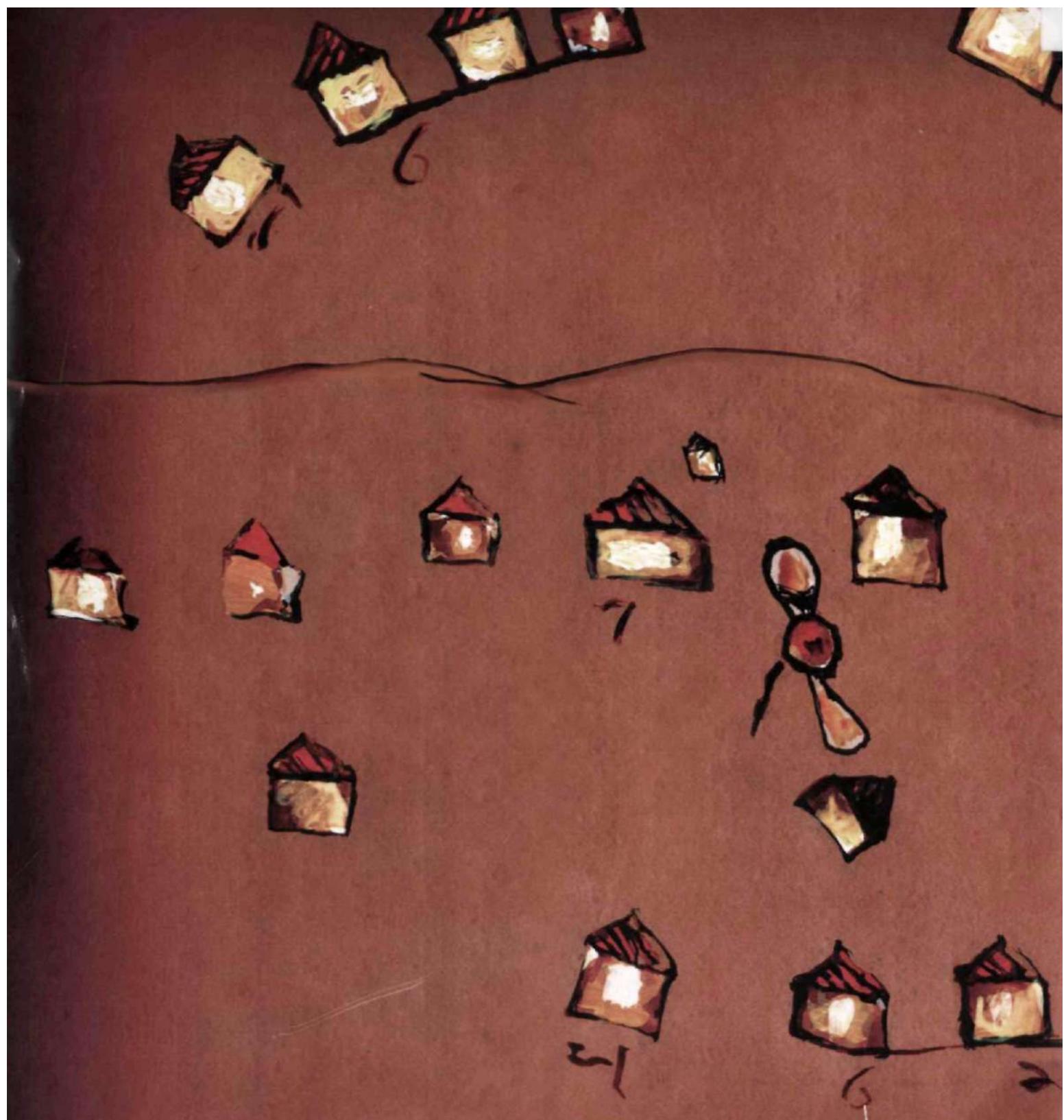
SCHUMAHER, Schuma. Gogó de Emas. A participação das mulheres na história do estado de Alagoas. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital. Dicionário Mulheres do Brasil. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital. Um Rio de mulheres. A participação das fluminenses na história do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: REDEH, 2003.

SCHWARTZ, Stuart. Escravos, roceiros e rebeldes. São Paulo: Edusc, 2001.





Ministério da Educação

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL



REDEH
REDE DE DESENVOLVIMENTO